



DIVULGAÇÃO DE NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SEUS ANEXOS

4º TRIMESTRE DE 2017

2017



REITOR

Sylvio Mário Puga Ferreira

PRO REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Raimundo Nonato Pinheiro de Almeida

DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO

Charles Antônio Amorim Vale

Coordenadora de Contabilidade

Cecília Maria dos Santos

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação de Contabilidade

Leonardo Augusto de Melo

Thayane de Souza Amaral

Sumário

Apresentação	07
1 - Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis	08
2 - Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	08
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas	16
1 - Resultados da Análise dos Índices do Balanço Patrimonial.....	16
1.1 - Demonstrações Contábeis - Balanço Patrimonial.....	16
1.2 - Caixa e Equivalentes de Caixa.....	17
1.3 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo.....	17
1.4 - Demais Obrigações a Curto Prazo.....	18
1.4.1 –Valores Restituíveis.....	18
1.4.2 – Depósitos Judiciais.....	19
1.4.3 - Outras Obrigações a Curto Prazo.....	19
1.5- Anexos.....	20
1.5.1 - Imobilizado.....	20
1.5.2 - Intangível.....	25
1.5.3 - Fornecedores.....	26
1.5.4 - Obrigações Contratuais.....	30
2- Resultados da Análise dos Índices da Demonstração das Variações Patrimoniais.....	35
2.1 – Demonstração das Variações Patrimoniais – Resumida.....	35
2.2 - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos.....	36
2.3 - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras.....	36
2.4 - Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos.....	37
2.4.1 –Outros Ganhos com Incorporação de Ativos.....	37
2.4.2 –Ganhos com Desincorporação de Passivos.....	37
2.5 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas.....	38
2.6 - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras.....	38
2.7 - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos.....	39
2.7.1 –Incorporação de Passivos.....	40

2.7.2 –Desincorporação de Ativos.....	40
2.7.3 –Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas.....	41
3 - Resultados da Análise dos Índices do Balanço Orçamentário.....	43
3.1 – Balanço Orçamentário Estendido.....	43
3.2 – Balanço Orçamentário - Análise.....	44
3.3 – Receitas Correntes.....	45
3.3.1– Receita Patrimonial.....	45
3.3.2– Outras Receitas Correntes.....	45
3.4– Despesas Correntes.....	45
3.4.1-Outras Despesas Correntes.....	45
3.5 - Anexos	46
3.5.1- Anexo – Execução Orçamentária de Restos a Pagar.....	46
4 - Resultados da Análise dos Índices do Balanço Financeiro.....	51
4.1 – Balanço Financeiro.....	51
4.2 – Ingressos.....	52
4.2.1 – Receitas Orçamentárias Vinculadas.....	52
4.2.2 – Receitas Orçamentárias Ordinárias.....	52
4.2.3 - Transferências Financeiras Recebidas.....	52
4.2.4 – Recebimentos Extraorçamentários.....	53
4.3 – Dispêndios.....	53
4.3.1 Desp. Orçamentárias – Transf. Financ. Concedidas (Indep da Exec. Orç).....	53
4.3.2 Desp. Extraorçamentárias – Pagamento de RPP.....	53
4.3.3 Desp. Extraorçamentárias – Pagamento de RPNP.....	53
4.3.4 Saldo Para o Exercício Seguinte - Caixa e Equiv. de Caixa.....	54
5 - Resultados da Análise dos Índices da Demonstração do Fluxo de Caixa.....	55
5.1 – Demonstração do Fluxo de Caixa.....	55
5.2 – Ingressos.....	56
5.2.1 – Receita Patrimonial.....	56
5.2.2 – Outras Receitas Derivadas e Originárias.....	56



UFAM

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa.....	17
Tabela 2 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo.....	18
Tabela 3 – Valores Restituíveis.....	18
Tabela 4 – Outras Obrigações a Curto Prazo.....	19
Tabela 5 – Imobilizado – Composição.....	20
Tabela 6 – Bens Móveis – Composição.....	20
Tabela 7 – Bens Imóveis – Composição.....	21
Tabela 8 – Bens de Uso Especial – Composição.....	22
Tabela 9 – Intangível – Composição.....	25
Tabela 10 – Software com Vida Útil Indefinida – Composição.....	25
Tabela 11 - Fornecedores e Contas a Pagar - Órgão 26270.....	26
Tabela 12 - Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão (Unidade Gestora).....	26
Tabela 13 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor Órgão 26270.....	27
Tabela 14 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor UG 154039.....	29
Tabela 15 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor UG 150224.....	29
Tabela 16 – Obrigações Contratuais – Órgão 26270 – Valores em Execução.....	30
Tabela 17 – Obrigações Contratuais – Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante.....	32
Tabela 18 - Obrigações Contratuais – Órgão 26270 Por Contratado.....	32
Tabela 19 - Obrigações Contratuais – UG 154039 Por Contratado.....	34
Tabela 20 - Obrigações Contratuais – UG 150224 Por Contratado.....	34
Tabela 21 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos.....	36
Tabela 22 – Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras.....	37
Tabela 23 – Valorização e Ganhos Com Ativos e Desinc. de Passivos	38
Tabela 24 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas.....	38
Tabela 25 – Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras.....	39
Tabela 26 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação De Passivos.....	39
Tabela 26.1 - Incorporação de Passivos.....	40
Tabela 26.2 - Desincorporação de Ativos.....	41
Tabela 26.3 – Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas.....	42
Tabela 27 - Restos a pagar não processado - Órgão 26270.....	46
Tabela 28 - Restos a pagar processado - Órgão 26270.....	46
Tabela 29 – Execução Orçament. Restos a Pagar– Por UG (154039/150224).....	48



UFAM

Tabela 30 - Restos a Pagar - Por Classificação por Natureza de Despesa.....49

Apresentação

As Demonstrações Contábeis contemplam a execução e a análise dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), seus Anexos, bem como nas respectivas Notas Explicativas.

No presente relatório, serão evidenciados os Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, e do Fluxos de Caixa da Universidade Federal do Amazonas - UFAM (Órgão 26270) dividido em duas unidades gestoras (UG 154039 - Universidade e UG 150224 - Hospital Universitário Getúlio Vargas), com suas respectivas Notas Explicativas de 31 de dezembro de 2017. Embora não sejam exigidas pela legislação brasileira vigente, a divulgação trimestral das Demonstrações representa um instrumento de transparência do Governo Federal.

1 - BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As **Demonstrações Contábeis** são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as Demonstrações Contábeis devem ser acompanhadas por anexos, por outros demonstrativos exigidos por lei e pelas notas explicativas.

As estruturas e a composição das Demonstrações estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Anexos; e
- VII. Notas Explicativas.

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa;

2 - RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

(a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na

DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

(c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

(d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

(e) Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

(f) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i)



nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

(g) Ajuste para perdas dos créditos tributários

A RFB utiliza a seguinte classificação para controle dos créditos tributários sob sua supervisão:

(i) devedor; (ii) exigibilidade suspensa (processo administrativo); (iii) exigibilidade suspensa (processo judicial); e (iv) parcelamento. Os créditos tributários classificados nas categorias 'i' e 'iv' estão evidenciados no ativo, enquanto as demais categorias estão em contas de controle.

O ajuste para perdas do crédito tributário é calculado a partir do saldo da categoria 'devedor'. A categoria 'parcelamento' não é utilizada na base de cálculo do ajuste para perdas, pois tais créditos foram considerados como totalmente recuperáveis. Quando ocorre a inadimplência de um crédito que está na categoria 'parcelamento', o mesmo é reclassificado para a categoria 'devedor'.

Os créditos na categoria devedor são subdivididos em duas classes: (i) até R\$ 1.000 (mil reais); e (ii) acima de R\$ 1.000 (mil reais). A subdivisão é relevante, pois somente os valores acima de R\$ 1.000 (mil reais) são encaminhados para a inscrição em dívida ativa.

Para os créditos tributários até R\$ 1.000 (mil reais), o ajuste para perdas é calculado a partir da taxa de insucesso. Por sua vez, a taxa de sucesso representa a taxa de recuperabilidade efetiva de tais créditos pela RFB, apurada considerando-se os últimos exercícios.

Para os créditos tributários acima de R\$ 1.000 (mil reais), é aplicado o mesmo percentual aplicado aos créditos inscritos na dívida ativa.

(h) Ajuste para perdas da dívida ativa

Os créditos sob supervisão da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) são classificados em: (i) sem decisão judicial, garantia ou parcelamento (entre eles, ajuizados e não ajuizados); (ii) parcelados; (iii) garantidos; e (iv) suspensos, por decisão judicial.

De acordo com o critério definido por Grupo Técnico, instituído pela Portaria GMF nº 310/2014, os créditos das categorias 'ii' a 'iv' possuem 100% de recuperabilidade; portanto, não estariam sujeitos à estimação de perdas. Apenas os créditos 'sem decisão judicial, garantia ou parcelamento' estariam sujeitos à estimação de perdas, sendo aplicada a metodologia do histórico de recebimento passados, descrita no MCASP. Os critérios de reconhecimento dos créditos de dívida ativa e respectivo ajuste para perdas estão em processo de revisão, com previsão de mudança nessas políticas contábeis até o encerramento deste exercício.

(i) Investimentos

São compostos por: (i) participações permanentes; (ii) propriedades para investimento; e (iii) demais investimentos.

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado.

Os demais investimentos representam cotas integralizadas no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização (FFIE), mensuradas e avaliadas pelo custo, acrescidas da rentabilidade auferida até a data das demonstrações contábeis.

Quando mensuráveis, são registradas as reduções ao valor recuperável (*impairment*), fruto de avaliações periódicas.

(j) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(k) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

(l) Diferido

Consiste no saldo de ativo diferido de empresas públicas referentes a gastos pré-operacionais e que não puderam ser alocados em ativos correspondentes, quando da mudança da Lei nº 6.404/1976. O saldo será amortizado linearmente, até 2017, conforme previsto na Lei nº 11.638/2007.

(m) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

(n) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

(o) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

(p) Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, da União a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios:

I. Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) foi avaliada pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do ano, incluindo os títulos emitidos tanto em oferta pública quanto em

emissões diretas;

II. Dívida Pública Federal Externa (DPFe) foi avaliada por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). Foi realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

(q) Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União estão registradas nas provisões a longo prazo. Está em discussão também a adoção dos procedimentos contábeis relativos às obrigações de benefícios pós-emprego dos militares.

(r) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados (aqui o termo está sendo utilizado de acordo com o vocabulário da área contábil, porém se refere aos servidores públicos e aos empregados das empresas estatais dependentes), referentes a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da União relacionados com aposentadoria e assistência médica são também reconhecidos pelo regime de competência.

Na União, existem benefícios oriundos de planos de contribuição definida (Planos da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal – Funpresp, por exemplo) e de benefício definido (Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, por exemplo).

Nos planos de contribuição definida, os riscos atuarial e dos investimentos são dos participantes. Como não há nenhum risco para a União, não é realizado nenhum cálculo atuarial.

Nos planos de benefício definido, os riscos atuarial e dos investimentos recaem parcial ou integralmente para a União. A contabilização dos custos de tais planos exige a mensuração das obrigações atuariais, podendo gerar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassar o valor dos ativos do plano de benefícios, ou um ativo, na situação inversa.

Na União, têm sido realizados e contabilizados os riscos atuarial e dos investimentos relacionados com o RPPS dos servidores civis da União.

(s) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

(t) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

(t.1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

(t.2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

(t.3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

1 – Resultados da Análise dos Índices do Balanço Patrimonial

1.1 - Demonstrações Contábeis - Balanço Patrimonial

						R\$				
ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	AH	AV - 12/17	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016	AH	AV - 12/17	
ATIVO CIRCULANTE	47.877.917,08	100.994.334,60	-52,59%	2,50%	PASSIVO CIRCULANTE	18.775.185,81	4.910.669,94	282,33%	0,98%	
Caixa e Equivalentes de Caixa	31.013.524,44	12.273.736,64	152,68%	1,62%	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto	7.028.923,54	150,19	4679921%	0,37%	
Créditos a Curto Prazo	13.091.004,51	84.800.381,00	-85,00%	0,68%	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-	-	0,00%	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	-	0,00%	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	8.417.407,17	4.284.220,21	96,47%	0,44%	
Estoques	3.773.388,13	3.920.216,96	-3,75%	0,20%	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-	-	0,00%	
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	-	0,00%	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-	-	0,00%	
					Provisões de Curto Prazo	-	-	-	0,00%	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.864.157.833,45	1.731.494.146,37	7,66%	97,50%	Demais Obrigações a Curto Prazo	3.328.855,10	626.299,54	431,51%	0,17%	
Ativo Realizável a Longo Prazo	53.955,80	53.955,80	0,00%	0,00%	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-	-	0,00%	
Créditos a Longo Prazo	53.955,80	53.955,80	0,00%	0,00%	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo	-	-	-	0,00%	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-	-	0,00%	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-	-	0,00%	
Estoques	-	-	-	0,00%	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-	-	0,00%	
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	-	0,00%	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-	-	0,00%	
Investimentos	-	-	-	0,00%	Provisões de Longo Prazo	-	-	-	0,00%	
Imobilizado	1.863.971.335,46	1.731.314.138,38	7,66%	97,49%	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-	-	0,00%	
Intangível	132.542,19	126.052,19	5,15%	0,01%	Resultado Diferido	-	-	-	0,00%	
Diferido	-	-	-	0,00%	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	18.775.185,81	4.910.669,94	282,33%	0,98%	
					PATRIMONIO LIQUIDO					
					Patrimônio Social e Capital Social	-	-	-	0,00%	
					Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-	-	0,00%	
					Reservas de Capital	-	-	-	0,00%	
					Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	0,00%	
					Reservas de Lucros	-	-	-	0,00%	
					Demais Reservas	-	-	-	0,00%	
					Resultados Acumulados	1.893.260.564,72	1.827.577.811,03	3,59%	99,02%	
					(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-	-	0,00%	
					TOTAL DO PATRIMÔNIO LIQUIDO	1.893.260.564,72	1.827.577.811,03	3,59%	99,02%	
TOTAL DO ATIVO	1.912.035.750,53	1.832.488.480,97	4,34%	100,00%	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	1.912.035.750,53	1.832.488.480,97	4,34%	100,00%	

1.2 Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

A partir da análise dos índices na revisão analítica, pode-se verificar uma variação horizontal de 152,68% entre 31/12/2016 e 31/12/2017 do Grupo de Contas CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, que se deve em grande proporção a uma devolução de saldo remanescente do Convênio sob nº 03/2010, no valor de R\$ 12.636.908,01.

A devolução se deu devido à perda de prazo da execução do projeto "Parque Tecnológico para Inclusão Social, Rede de Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica", com recursos financeiros de origem do MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, disponibilizado através de Termo de Execução Descentralizada, firmada entre MCTI, UFAM e Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões - UNISOL.

A administração da UFAM optou por manter o saldo devolvido uma vez que foi prorrogado do convênio até 30/05/2020, conforme 3º Termo Aditivo de vigência e ajuste do Plano de Trabalho do Termo de Descentralização de Crédito (TDC nº 06/2010 - MCTI/UFAM). Foi informado pela Pró-reitoria de Tecnologia (M.M.nº 003/2018-PROTEC), que no mês de abril/2017 ficou definido que a prorrogação do convênio em questão seria inviável, uma vez que um dos objetos era "Construção" e o TCU informou que esse tipo de objeto não poderia ser executado através do convênio com a UNISOL, conforme §2º, Art.1º da Lei nº 8.958/94. Dessa forma, Instituição buscou então realizar o objeto por meios próprios, através da Prefeitura do Campus e de nosso Departamento de Materiais entretanto a falta de limite orçamentário em receita própria tem impedido o andamento do projeto.

Tabela 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa.

R\$ milhares

	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31.013.524,44	12.273.736,64	-
Total	31.013.524,44	12.273.736,64	152,68%

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

1.3 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Analisando o Grupo de Contas FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO, pode-se observar uma variação horizontal de 96,47% entre 31/12/2016 e 31/12/2017, contando com um saldo de R\$ 8.417.407,17, que se deve na proporção de 98,93% ao Grupo CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS, com um saldo equivalente a R\$ 8.327.459,74 que dividido por UG está da seguinte forma:

* FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS - R\$ 6.025.066,39 - o saldo da conta 2.1.3.1.1.04.00-CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS representa 72,35% do grupo de contas

em análise, que serão melhor detalhados no anexo Fornecedores.

* HOSPITAL UNIVERSITARIO GETULIO VARGAS - R\$ 2.302.393,35 - o saldo da conta 2.1.3.1.1.04.00-CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS representa 27,65% do grupo de contas em análise, que serão melhor detalhados no anexo Fornecedores.

Tabela 2 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo.

R\$ milhares

	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	8.417.407,17	4.284.220,21	-
Total	8.417.407,17	4.284.220,21	94,47%

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

1.4 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos outros subgrupos, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Analisando o Grupo de Contas DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO PRAZO, pode-se observar uma variação horizontal de 431,51% entre 31/12/2016 e 31/12/2017, contando com um saldo de R\$ 3.328.855,10, que se deve principalmente à movimentação das seguintes contas:

1.4.1 - Valores Restituíveis

A partir da análise do Grupo de Contas VALORES RESTITUÍVEIS, pode-se verificar uma variação horizontal de 111,06% comparando os períodos 31/12/2016 e 31/12/2017, que se deve em grande parte à movimentação no Grupo de Contas CONSIGNACOES.

Conta esta, que apresentou em 31/12/2017 um saldo de R\$ 1.165.260,55, sendo que no encerramento de 2016 apresentava um saldo de R\$ 552.096,20, esta movimentação se refere aos contratos terceirizados, onde são exigidas garantias contratuais e retidos valores referentes a conta vinculada para cumprimentos das obrigações trabalhistas, que são pagos no decorrer do exercício. Retenções realizadas também para cumprir exigências contidas no Art. 19-A e anexo da Instrução Normativa 02/2008.

Tabela 3 – Valores Restituíveis.

R\$ milhares

	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
2.1.8.8.0.00.00 VALORES RESTITUÍVEIS	1.165.260,55	552.096,00	-
Total	1.165.260,55	552.096,00	111,06%

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017

1.4.2 - Depósitos Judiciais

Este é um grupo de contas que registra os valores de obrigações decorrentes de depósitos a efetuar pela entidade por determinação judicial.

Após análise neste grupo de contas, vale destacar a movimentação no valor de R\$ 198.634,02, pois a conta de referência não contava com saldo no encerramento do exercício de 2016, que se refere às situações a seguir:

UG: 154039 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS:

- ✓ R\$ 109.791,13 - referente à apropriação para bloqueio Judicial de HITALO KLEBER RIBEIRO SILVA EIRELI - ME, CNPJ: 14.756.841/0001-38, conforme Processo 0002266-89.2015.5.11.0005 em nome da senhora ROSANGELA LUCIA DA SILVA MOREIRA;
- ✓ R\$ 85.467,89 - referente à apropriação para bloqueio Judicial de LIMPAMAIS SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI - ME, CNPJ: 06.056.855/0001-10, conforme Auto de Bloqueio Processo 001109952.2013.5.11.0010 TRT 11º REGIÃO);

UG: 150224 - HOSPITAL UNIVERSITARIO GETULIO VARGAS - R\$ 158.865,06:

- ✓ R\$ 3.375,00 - Inclusão de bloqueio Judicial em favor de Thiago Dos Santos Santana, conforme processo 001040-85-2016.5.11.0014, da 14ª Vara do Trabalho de Manaus - tendo como reclamado a empresa D DE AZEVEDO FLORES - ME - 13.773.595/0001-60.

1.4.3 - Outras Obrigações a Curto Prazo

A variação horizontal de 2815,76% do Grupo de Contas OUTRAS OBRIGACOES A CURTO PRAZO, é representada principalmente em 90,78% pela conta INDENIZACOES, RESTITUICOES E COMPENSAÇÕES, que foi movimentada pela UG Secundária 150224 - HUGV, o equivalente a R\$ 1.964.157,88, cujo valor refere-se à indenização pelos serviços prestados pela Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões - UNISOL, na execução do Projeto de Assistência a Pesquisa, Ensino e Extensão para o HUGV, que está melhor detalhado no Anexo de Fornecedores.

Tabela 4 – Outras obrigações a Curto Prazo.

R\$ milhares

	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
OUTRAS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	2.163.594,55	74.203,54	-
Total	2.163.594,55	74.203,54	2815,76%

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

1.5 - ANEXOS

1.5.1 - Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2017, o Órgão 26270 apresentou um saldo de R\$ 1.863.971.335,46 bilhão relacionados a imobilizado.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2017 e 2016.

Tabela 5 – Imobilizado – Composição.

	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Bens Móveis			
(+) Valor Bruto Contábil	159.223.124,84	142.585.716,00	11,67%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	64.191,00	64.191,00	0,00%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis			
Bens Imóveis			
(+) Valor Bruto Contábil	1.706.763.742,33	1.589.692.501,30	7,36%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	1.951.340,71	899.887,92	116,84%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis			
Total	1.863.971.335,46	1.731.314.138,38	7,66%

Fonte: SIAFI, 2017 e SIAFI, 2016.

Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão 26270 em 31/12/2017 totalizavam R\$ 159.158.933,84 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 6 – Bens Móveis – Composição

	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	67.370.454,91	62.671.805,27	7,50%
Bens de Informática	35.103.356,00	30.257.158,97	16,02%
Móveis e Utensílios	32.459.124,19	26.357.022,92	23,15%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	13.071.565,67	12.185.484,56	7,27%
Veículos	7.135.631,91	7.051.499,41	1,19%
Bens Móveis em Andamento	352.992,85	333.601,56	5,81%

Bens Móveis em Almoarifado	1.588,80	1.588,80	0,00%
Demais Bens Móveis	3.728.410,51	3.727.554,51	0,02%
Depreciação / Amortização Acumulada	(64.191,00)	(64.191,00)	0,00%
Total	159.158.933,84	142.521.525,00	11,67%

Fonte: SIAFI, 2017 e SIAFI, 2016.

Dos Bens Móveis registrados no Órgão, 39,38 % referem-se a Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, o qual é composto pelo quadro a seguir:

	31/12/2017	AV
1.2.3.1.1.01.01 APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	4.452.337,54	7,10%
1.2.3.1.1.01.02 APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNI	308.791,47	0,49%
1.2.3.1.1.01.03 EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS,ODONTO,	47.118.061,17	75,18%
1.2.3.1.1.01.04 APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES	1.183.585,16	1,89%
1.2.3.1.1.01.05 EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA	187.654,67	0,30%
1.2.3.1.1.01.06 MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIAI	653.888,14	1,04%
1.2.3.1.1.01.07 MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICO	5.507.228,61	8,79%
1.2.3.1.1.01.08 MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	842.961,82	1,35%
1.2.3.1.1.01.09 MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS	1.111.701,46	1,77%
1.2.3.1.1.01.13 EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS M	32.093,95	0,05%
1.2.3.1.1.01.18 EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULH	1.706,90	0,00%
1.2.3.1.1.01.20 MAQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO	267.503,28	0,43%
1.2.3.1.1.01.21 EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRIC	131.146,72	0,21%
1.2.3.1.1.01.25 MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTO	873.144,38	1,39%
TOTAL	62.671.805,27	100,00%

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União em 31/12/2017 totalizavam R\$ 1.704.812.401,62 bilhão e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 7 – Bens Imóveis – Composição.

R\$ milhares

	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Bens de Uso Especial	1.467.319.318,77	1.367.407.712,64	7,31%
Bens Dominicais	272.526,45	272.526,45	0,00%
Bens Imóveis em Andamento	234.828.036,06	217.552.305,88	7,94%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	151.182,36	151.182,36	0,00%
Instalações	3.850.943,52	3.967.038,80	-2,93%
Demais Bens Imóveis	341.735,17	341.735,17	0,00%
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(1.951.340,71)	(899.887,92)	116,84 %
Total	1.704.812.401,62	1.588.792.613,38	7,30%

Fonte: SIAFI, 2017 e SIAFI, 2016.

De acordo com a tabela anterior, Bens de Uso Especial correspondem a 86,07% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Órgão 26270, perfazendo o montante de R\$ 1.467.319.318,77 bilhão em 31/12/2017 a valores brutos.

Em síntese, os Bens de Uso Especial mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário federal são constituídos de Imóveis de Uso Educacional, conforme tabela abaixo.

Tabela 8 – Bens de Uso Especial – Composição

	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Fazendas, Parques e Reservas	0,00	1.440.000,00	-100,00%
Terrenos, Glebas	220.930,05	220.930,05	0,00%
Imóveis de Uso Educacional	1.467.098.388,72	1.363.713.242,34	7,58%
Edifícios	0,00	1.983.583,86	-100,00%
Imóveis Residenciais e Comerciais		0,00	0,00%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	0,00	49.956,39	-100,00%
Total	1.467.319.318,77	1.367.407.712,64	7,31%

Fonte: SIAFI, 2017 e SIAFI, 2016.

Destacamos ainda que, em atendimento ao Ofício nº 48278/2017 do Ministério do Planejamento, o qual trata do saneamento das operações contábeis realizadas no SPIUNET/SIAFI foram realizadas as baixas referentes aos saldos relativos aos “Bens de Uso Especial Não Registrados no SPIUNET” conforme segue: Imóveis de Uso Educacional (R\$ 163.000,00) , Edifícios (R\$ 1.983.583,86), Outros Bens Imóveis de Uso Especial (R\$ 49.956,39). Os saldos referentes às contas de “Imóveis de Uso Educacional” e “Outros Bens Imóveis de Uso Especial” tiveram sua origem devido a erros na indicação da conta do imobilizado no momento da liquidação. O saldo presente na conta de “Edifícios” se referia a transferência de bens da Fundação Nacional de Saúde/Escola de Enfermagem de Manaus conforme Lei 9.484 de 27/08/97. Através do Memorando 005/2017 – CP/DE/PCU a Prefeitura do Campus Universitário informou ao Departamento Financeiro que os imóveis em questão já se encontravam devidamente registrados no SPIUNET, de modo que através da autorização do Reitor da UFAM no Memorando nº 295/2017 – DEFIN realizamos a baixa do valor em duplicidade.

Cabe ressaltar que foi realizada uma mudança de classificação quanto ao saldo presente anteriormente na conta de “Fazendas, Parques e Reservas” (R\$ 1.440.000,00), através do documento 2017NL800011 pela Prefeitura do Campus Universitário, reclassificando o valor em questão para a conta “Imóveis de uso educacional”, bem como incluindo o valor de 60.600.000,00 referente aos terrenos e benfeitorias doados pela Prefeitura de Coari ao Campus Universitário de Coari, conforme Memorando 008/2017. Esse procedimento faz parte dos esforços de atualização e reavaliação de valores dos imóveis das Unidades do interior.

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

(a.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Vale ressaltar que para as contas do Imobilizado que se referem a Imóveis os registros são efetuados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNET. Está em andamento o processo de avaliação, reavaliação e atualização dos valores dos bens imóveis de uso especial da União sob a responsabilidade da UFAM. Em 2015, foi registrada no SPIUNET a reavaliação dos bens imóveis do Campus Universitário/Manaus. Em 2016, foi feito o registro dos demais imóveis em áreas dispersas da UFAM localizadas em Manaus. No segundo trimestre de 2017, foi realizado o registro da valorização dos terrenos dos Campi dos Interiores. Ressaltamos ainda que a Prefeitura do Campus Universitário informou que não foram realizadas atualizações nos registros antigos dos Imóveis cadastrados no SPIUNET. Além disso a Prefeitura do Campus já iniciou no 4º trimestre de 2017 os registros das Benfeitorias dos imóveis dos interiores.

Conforme Memorando 012/2017-PCU, a avaliação das benfeitorias de utilização dos imóveis foi realizada pelo Departamento de Engenharia da Prefeitura do Campus Universitário, com informações reais (orçamentos de construções) por tipos de edificações de 01 a 04 pavimentos, gerando custos unitários básicos- CUB da FUA, num total de sete CUBs, um para cada diferente tipo de edificação existente nos Campi ressalta-se que todas as edificações foram identificadas, classificadas e apropriadas ao CUB equivalente ao tipo de construção por idade, por área construída, por número de pavimentos, o estado de conservação e por padrão de acabamento. Todas as benfeitorias foram imputadas no SPIUNET, com valor individual gerando subRIPs em consonância ao manual da Secretarias do Patrimônio da União – SPU, página 6, exceto Parintins-AM, por ainda estarmos com pendências no termo de transferência e incorporação dos imóveis.

(a.2) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis e bens móveis

A depreciação dos bens móveis ainda não está acontecendo. Na UG 154039, após reuniões

com a Coordenação de Contabilidade, o Departamento de Material está procedendo às atividades de inventário que já está em fase de conclusão, inclusive identificando os bens inservíveis e providenciando as reclassificações e baixas necessárias, para que desta forma sejam iniciados os procedimentos de depreciação conforme informado no Memorando 184/2017 – DEMAT.

Ressaltamos que o saldo presente na conta de Depreciação (R\$ 64.191,00) se refere a um teste piloto realizado em 2015 relacionado à conta de veículos. Contudo, devido a problemas técnicos no módulo de Sistema Patrimonial do SIE envolvendo inclusive a atualização dos dados patrimoniais, o processo não foi dado continuidade.

Em relação à conta de Imóveis da UG 154039 o registro da depreciação dos mesmos, vem sendo realizado pela Coordenação Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional através da UG 170999, diretamente no sistema SIAFI.

De acordo com a contadora da UG 150224 (Hospital Universitário), em 03/03/2016, foi realizado pela Ebserh o Pregão Eletrônico 01/2016 que tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de gestão patrimonial, compreendendo os serviços de inventário e avaliação de bens móveis, inclusive equipamentos, dentre outros serviços necessários à organização do patrimônio das unidades hospitalares administradas pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh. A Empresa Vencedora do certame para a realização dos serviços retromencionados no Hospital Getúlio Vargas – HUGV, foi a IBIAEON CONTABILIDADE E CONSULTORIA PATRIMONIAL.

A empresa IBIAEON, com base nas atividades realizadas, emitiu os seguintes relatórios:

- a) Laudo de Avaliação de Bens Móveis;
- b) Relatório de Conciliação;
- c) Relatório de Inventário;
- d) Relatório Geral dos Bens; e
- e) Planilha para importação dos Bens Inventariados.

Os relatórios finais supracitados foram analisados nos quais foi detectado que 58 itens foram contados em duplicidade. Unidade de Patrimônio solicitou os ajustes devidos. Somente após o ajustamento, serão iniciados os procedimentos para cessão de bens.

Não constam no Patrimônio da UG 150224 (HUGV) bens Imóveis.

1.5.2 - Intangível

Informamos que este Órgão 26270 - FUAM, está se organizando para constituir uma Comissão Multidisciplinar para formalizar os procedimentos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável, bem como a reorganização do trâmite desses Ativos, para que transitem pelo setor de Patrimônio (procedimento não adotado atualmente).

Apenas a UG: 154039 - Universidade Federal do Amazonas apresenta bens intangíveis no momento. A mesma possui apenas sete ativos gerados internamente, já com propriedade intelectual concedida. Os demais ainda estão em fase de desenvolvimento.

Informamos ainda, que será feito o possível para atendermos ao prazo estipulado pelo Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP) para a implantação de tais procedimentos (até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019).

Em 31/12/2017, o Órgão 26270 - FUAM, apresentou um saldo de R\$ 132.542,19 relacionados a Intangível.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2017 e 2016.

Tabela 9 – Intangível – Composição.

R\$ milhares

	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	-	96.527,39	-
Software com Vida Útil Indefinida	101.063,39	4.442,00	-
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	31.478,80	25.082,80	-
Total	132.542,19	126.052,19	5,15%

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

No intangível, destaca-se o item Software com Vida Útil Indefinida que representa cerca de 76,25% do grupo, composto pelos seguintes itens:

Tabela 10 – Software com Vida Útil Indefinida – Composição.

	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
NORAY BIOINFORMATICS S.L.	59.689,39	-	-
LAM-TI TECNOLOGIA LTDA - ME	2.780,00	-	-
CALTECH INFORMATICA LTDA - EPP	34.058,00	-	-
FERRAM.DE TESTES DE INTEG SISTÊMICA - TELECOM	140,00	140,00	-
SOFTWARES EM FASE DE DESENVOLVIMENTO	4.396,00	4.302,00	-
Total	101.063,39	4.442,00	-

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017

Informamos que, em relação ao item Software com Vida Útil Definida, foi solicitado ao CTIC/UFAM - Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação, através do Processo 23105.026724/2016, a avaliação de vida útil dos softwares, que segundo laudo emitido por este CTIC, todos foram avaliados como Ativo Intangível com Vida Útil Indefinida. Situação que foi regularizada por esta Coordenação de Contabilidade.

Destaca-se ainda, o item Marcas Direitos e Patentes, que conta com um saldo de R\$ 31.478,80, saldo este que será baixado no próximo trimestre devido a orientações da Setorial Contábil do MEC através da Mensagem SIAFI 2017/0927998, devido à necessidade de segurança e informações concretas para a contabilização destes itens, pois os gastos incorridos para seu desenvolvimento não podem ser separados dos custos relacionados ao desenvolvimento do negócio como um todo.

1.5.3 - Fornecedores

Em 31/12/2017, o Órgão FUAM (26270) apresentou um saldo em aberto de R\$ 8.417.407,17, relacionados com fornecedores e contas pagar, sendo na sua totalidade de obrigações a curto prazo e nacionais.

A seguir, apresenta-se a Tabela 11, com os fornecedores.

Tabela 11 - Fornecedores e Contas a Pagar - Órgão 26270

Fornecedores e contas a pagar a curto prazo	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
Nacionais	8.417.407,17	4.284.220,21	96,47%
Estrangeiros		-----	
Total	8.417.407,17	4.284.220,21	96,47%

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017

Os fornecedores e contas pagar do curto prazo se referem aos fornecedores nacionais, representando 100 % do total a ser pago.

Na continuação, apresenta-se a Tabela 12, relacionando o montante por órgão contratante com valores por Unidade Gestora de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2017.

Tabela 12 - Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão (Unidade Gestora)

	31/12/2017	AV (%)
Órgão 26270 - UG 154039	6.115.013,82	72,65%
Órgão 26270 - UG 150224	2.302.393,35	27,35%
Total	8.417.407,17	100%

Fonte: SIAFI, 2017

A UG 154039 é responsável por 72,65% do total a ser pago, enquanto a UG 150224 representa 27,35% desse montante. Cabe destacar, que a UG 154039 representa o montante mais significativo, uma vez que possui uma estrutura de funcionamento bem maior que a do Hospital Universitário (UG 150224), justificando assim um valor a ser pago aos fornecedores mais relevante.

Na tabela 13, apresentada a seguir, relacionam-se os 07 (sete) fornecedores com valores mais expressivos e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2017.

Tabela 13 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor Órgão 26270

		31/12/2017	AV(%)
A	FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMÕES	2.166.255,43	25,74%
B	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A	1.383.469,40	16,44%
C	TECON TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÕES LTDA	751.249,68	8,92%
D	ADAP COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL	737.178,46	8,76%
E	MANAUS AMBIENTAL S.A.	564.743,22	6,71%
F	BANCO DO BRASIL S.A.	486.466,77	5,78%
G	BIOPLUS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE MEDICAMENTOS	308.142,74	3,66%
H	DEMAIS	2.019.931,47	24%
TOTAL		8.417.407,17	100,00%

Fonte: SIAFI, 2017

Em relação aos 07 (sete) fornecedores do Órgão com saldos mais relevantes, representam 76% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações dos 05 (cinco) fornecedores com valores mais relevantes:

- (a) Fornecedor A: trata-se de valores referentes a três contratos:
- ✓ Contrato 45/2017, que trata da primeira parcela do projeto "Gestão do Conhecimento Escolar, Alfabetização e Formação para Cidadania" com vigência de 27/11/17 a 27/11/19;
 - ✓ Contrato 46/2017, que trata da primeira parcela do projeto "Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC" com vigência de 27/11/17 a 27/08/2018;
 - ✓ Contrato 67/2014, que trata da última parcela do projeto "Curso de Especialização em Educação Pobreza e Desigualdade Social", que está aguardando o relatório final de execução para efetuar o pagamento.

Em relação aos contratos 45 e 46/2017, nos valores globais de R\$ 2.800.000,00 e R\$ 722.850,00 respectivamente, as primeiras parcelas correspondem a 60% do valor global dos respectivos contratos com previsão de serem pagas em até 30 dias após a assinatura dos mesmos. Tais inconsistências foram relatadas a Administração Superior através do Memorando nº 14/2018 para as providências cabíveis.

- (b) Fornecedor B: trata-se de valores referentes a despesas com energia elétrica na UG 154039 e UG 150224;
- (c) Fornecedor C: trata-se de valores referentes ao contrato 30/2012, que trata da Obra de construção do Hospital Universitário HUGV com vigência até 22/05/2018;

- (d) Fornecedor D: trata de 10 (dez) contratos que atendem o Campus da Capital e os Campus do interior, sendo todos pertencentes a UG 154039, conforme segue:
- ✓ 07 (sete) contratos de conservação e limpeza (Contratos nº 32/2014, 60/2014, 62/2014, 63/2014, 64/2014, 65/2014 e 66/2014);
 - ✓ 02 (três) contratos de apoio e manutenção (Contratos nº 27/2014 e 35/2014).
- Salientamos que os 06 contratos de limpeza e 02 de apoio que encerravam a vigência no mês de setembro e outubro/2017, foram prorrogados por mais doze (12) meses, exceto o Contrato 64/2014 que foi prorrogado só por mais 06 meses;
- (e) Fornecedor E: trata-se de valores referentes ao fornecimento de água na UG 150224 relativos ao exercício de 2015, conforme setor de avaliação e controladoria do HUGV.
- (f) Fornecedor F: trata-se de valor referente as faturas do período de 28/10 a 27/11/17 e 28/11 a 27/12/17 do Cartão Compra Direta de Passagens Aéreas.

Sobre a situação do fornecedor UNISOL, que se encontrava pendente na nota explicativa do 1º trimestre de 2017 e se refere ao serviço de assessoria pela Fundação de Apoio Unisol, entidade que apoia o HUGV fornecendo serviço de apoio para a área fim, conforme Contrato 08/2012. Reiteramos que: na nota explicativa do 4º trimestre de 2016 foi informado pelo Setor de Orçamento e Finanças da UG 150224 através do memorando 002/2016 a necessidade de se sanar a irregularidade ocorrida na parcela 04/2016, onde foi pago R\$ 193.806,55, relativo a 2016np000874. Feita a cobrança junto à Unisol o HUGV não teve retorno. Foram solicitadas através do memorando 15/2017 ao Setor de Orçamento e Finanças providências no sentido de regularizar tal despesa, no sentido de reaver o financeiro a ser devolvido pela UNISOL, para posterior pagamento de forma correta. A 2016NP00874 foi cancelada, no valor de R\$ 522.734,07, conforme 2017ns000430, pois este orçamento não tem mais despesas correspondentes. Quanto ao retorno do financeiro, as providências a serem tomadas pelo Setor Financeiro foram reiterar a cobrança, conforme e-mail datado de 19/04/2017, e o acerto entre o Setor de Orçamento e Finanças e a Unisol seria que até o dia 19/05/2017 o pagamento, a título de reconhecimento de dívida no valor de R\$ 193.806,55 e o termo de ajuste seria feito, e a partir desta data será emitida a GRU, para devolução por parte da Unisol do financeiro. Nenhuma providência quanto à emissão da nota fiscal para geração do termo de ajuste foi feita. Tais informações também figuram na 1ª nota explicativa do exercício de 2017. O financeiro de R\$ 193.806,55 não foi devolvido para posterior pagamento até a presente data.

A contadora da UG 150224 - HUGV relatou que na 3ª nota explicativa de 2017 a Controladoria através do memorando 106/2017 solicitou a posição da Gestão a respeito do que foi pontuado na 2ª nota explicativa de 2017 quanto à situação da despesa com a Fundação de Apoio – Unisol quanto ao prosseguimento da despesa sem amparo contratual. Foi informado pela Gerência Administrativa no Despacho 426/2017 da Gerência Administrativa do HUGV, que se reportou ao memorando 270/2017 da Divisão de Logística que argumentou que foi constatado Defin/UFAM que o aditamento do contrato se deu após

34 dias após o término de sua vigência e que por este motivo foi determinado que a despesa correria como reconhecimento de dívida até que a gestão do HUGV junto com a Reitoria pudessem dar os encaminhamentos para a resolução da questão. Quanto às verbas rescisórias no valor de R\$ 1.580.000,00 nos foi respondido através do mesmo documento (memo 270/2017 – DLH) que a EBSEH sede estaria levantando o montante real das verbas para possível aporte de recurso para cobertura desta despesa. Nos encaminhamentos da 4ª nota explicativa de 2017 a Controladoria encaminhou o memorando 153/2017 reiterando as providências. A Divisão Administrativa Financeira através do memorando 074/2018 informou que será realizada a nulidade formal do Contrato 008/2012 e que a gestão está providenciando o desligamento do pessoal envolvido na prestação dos serviços do contrato de forma escalonada, objetivando extinguir a despesa como indenização até 31/03/2018.

Abaixo as Tabelas 14 e 15, referente aos 07 (sete) fornecedores mais relevantes por Unidade Gestora (154039,150224).

Tabela 14 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor UG 154039

		31/12/2017	AV(%)
A	FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMÕES	2.166.225,43	35,42%
B	TECON TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÕES LTDA	751.249,68	12,29%
C	ADAP COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL E	737.178,46	12,06%
D	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A	695.002,79	11,37%
E	BANCO DO BRASIL SA	486.466,77	7,96%
F	COPYTEC SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA-ME	272.685,19	4,46%
G	OCA VIAGENS E TURISMO DA AMAZÔNIA LIMITADA – ME	269.243,83	4,40%
H	DEMAIS	736.961,67	12,05%
TOTAL		6.115.013,82	100,00%

Fonte: SIAFI, 2017

Tabela 15 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor UG 150224

		31/12/2017	AV(%)
A	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A	688.466,61	29,90%
B	MANAUS AMBIENTAL S.A.	564.743,22	24,53%
C	BIOPLUS COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE MEDICAMENTOS	308.142,74	13,38%
D	VISAM VIGILANCIA E SEGURANÇA DA AMAZONIA LTDA	106.907,78	4,64%
E	J A S LOUREIRO & CIA LTDA	80.025,00	3,48%
F	CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	71.452,82	3,10%
G	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE LTDA	49.229,92	2,14%
H	DEMAIS	433.425,26	18,82%
TOTAL		2.302.393,35	100,00%

Fonte: SIAFI, 2017

Salientamos que o principal Fornecedor da UG 154039 é a FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMÕES - UNISOL, referentes aos contratos 45/2017, 46/2017 e o 67/2017 conforme já mencionado acima. Assim como, o principal fornecedor da UG 150224 é a Empresa

AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, que se refere a serviços de fornecimento de energia elétrica relativo ao período de 2016.

1.5.4 - Obrigações Contratuais

Em 31/12/2017, o Órgão FUAM (26270) apresentou um saldo em aberto de R\$ 88.917.135,06, relacionado com as obrigações contratuais, sendo o saldo das parcelas que serão executados nos próximos meses.

A seguir, apresenta-se a tabela, com os principais contratos do órgão, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

TABELA 16 – Obrigações Contratuais – Órgão 26270 – Valores em Execução

	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
Aluguéis	218.774,41	304.160,49	-28,07%
Fornecimento de Bens	6.425.044,92	7.099.485,17	-9,50%
Empréstimos e Financiamentos			
Seguros			
Serviços	82.273.315,73	69.067.761,38	19,12%
Demais			
Total	88.917.135,06	76.471.407,04	16,28%

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

As obrigações contratuais relacionadas na Tabela 1, por tipo de classificação, representam na maioria os contratos de serviços, ou seja, cerca de 92,53% do total das obrigações assumidas pelo Órgão ao final de 31/12/2017.

Vale ainda salientar que, sobre os saldos de alguns contratos presentes nas contas de controle, a UG 150224, traz as seguintes considerações:

- O contrato com Diagnocel Comércio e Representação encontra-se em análise junto aos setores competentes para autorização da regularização do saldo existente.
- A Empresa NUTRANA que iniciou os serviços em 29/08/2017 como prestação de serviços continuados de nutrição e alimentação hospitalar transportada (fornecimento de alimentação), foi contratada por dispensa de licitação, que encerra em 24/02/2018.
- A Hidráulica VIC Importação, contrato 039/2014 encerrado em 01/12/2016, permanece com saldo de R\$ 9.916,63. De acordo com o memorando 306/2017-UCONT/HUGV-Ufam aguardando posicionamento do fiscal do contrato no prazo de 15 dias.

- A C&C Serviços de Construção Ltda que presta serviços contínuos de limpeza e conservação no HUGV teve a vigência contratual encerrada em 10/11/2017, entretanto, conforme memo 070/2018 emitido pela Divisão de Administração Financeira em 11/01/2018, a mesma empresa continuará a prestar serviços em virtude da demora na elaboração do processo licitatório e por ser serviço essencial. Com relação ao saldo existente na conta, vai ser ajustado nos próximos dias haja vista que grande parte dos valores já foram liquidados, conforme consulta no SIAFI.
- SANE-MAXI COM. E SEV teve vigência encerrada em 17/08/2017. A contratada prestou serviços até a data da vigência contratual, entretanto alega que não está conseguindo emitir as notas fiscais, devido a pendências nos órgãos estaduais e federais.
- Conforme informações contidas nas notas explicativas do período anterior, os saldos remanescentes nos contratos DIPROM COMERCIAL, FF CONTROLE E CERTIFICAÇÃO, JC SANTOS NASCIMENTO e JAS LOUREIRO estavam sendo avaliados junto ao respectivo fiscal do contrato. Conforme informações do novo chefe da unidade contratos a situação permanece a mesma.
- Conforme informação das notas explicativas do período anterior, A DIAGNOCEL COM. E REP, apresenta o saldo de R\$ 1.442.104,00 na conta de controle referente ao contrato 003/2016, o saldo encontrava-se sendo analisado pelo fiscal de contrato para posterior providências quanto a regularização da conta. A situação permanece a mesma, conforme informações do novo chefe da Unidade de Contratos.
- O processo que trata do contrato da Limpamais Serviço de Limpeza, apresentou divergências quanto à sua execução. O processo encontra-se com a Gerência Administrativa em final de análise para posterior tomada de providências quanto a sua liquidação.
- Hidráulica VIC Importação contrato 039/2014 encerrado em 01/12/2016, permanece com saldo de R\$ 9.916,63. De acordo com o memorando 306/2017-UCONT/HUGV-Ufam, o setor responsável aguarda posicionamento do fiscal do contrato. Até o final desta nota explicativa a situação permaneceu a mesma.
- Durante a elaboração das notas explicativas do 3º trimestre, 02 contratos detinham grande representatividade na conta de controle, a saber: Castelinho Refeições, contrato 004/2015 (Serviços), a qual teve os serviços paralisados em 15/01/2017 e a CSC de Melo Eireli, contrato 020/2016 (Fornecimento de Bens), cuja execução contratual ocorreu de 16/01/2017 até 05/08/2017. No caso do contrato da CSC de Melo o saldo foi baixado integralmente, com relação a Castelinho Refeições o saldo do contrato foi baixado faltando o montante de R\$ 6.168,82.

Na continuação, apresenta-se a Tabela 17, relacionando-se os saldos por Unidades Gestoras (154039 e 150224), vinculadas ao Órgão 26270 na data base de 31/12/2017.

TABELA 17 – Obrigações Contratuais – Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante.

Órgão 26270	31/12/2017	AV (%)
Unidade Gestora 154039	71.556.034,45	80,47%
Unidade Gestora 150224	17.361.100,61	19,53%
Total	88.917.135,06	100%

Fonte: SIAFI, 2017.

Entre as Unidades Gestoras que estão vinculadas ao órgão 26270, observa-se que a UG 154039 responde por 80,47% do total contratado.

Em seguida, apresenta-se a Tabela 18, relacionando-se os saldos por Unidades Gestoras (154039 e 150224), vinculadas ao Órgão 26270 na data base de 31/12/2017.

Tabela 18 - Obrigações Contratuais – Órgão 26270 Por Contratado

	31/12/2017	AV (%)
ADAP COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL E	13.708.318,94	15,42%
TECON TECNOLOGIA EM CONSTRUcoes LTDA	12.237.662,24	13,76%
FUNDACAO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMoes	7.678.841,72	8,64%
M J RESTAURANTES LTDA - EPP	5.978.230,20	6,72%
COPEF CONSTRUCAO E COMERCIAL LIMITADA	3.751.550,54	4,22%
OCA VIAGENS E TURISMO DA AMAZONIA LIMITADA - ME	3.083.362,82	3,47%
AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A	3.036.013,50	3,41%
DEMAIS	39.443.155,10	44,36%
Total	88.917.135,06	100,00%

Fonte: SIAFI, 2017

Em relação aos 7 (sete) contratados mencionados acima na Tabela 18, os quais representam 55,64% do total a ser pago pelo Órgão 26270 com relação as obrigações contratuais, apresentamos o resumo das principais transações:

Contratado	Objeto	Valor Contratado	Valor a Executar	Validade
ADAP COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL E	Referente a nove contratos, englobando os serviços de limpeza e apoio em Manaus e em unidades dos interiores.	R\$ 15.717.455,00	13.708.318,94	12/04/2018 30/09/2018 12/10/2018
TECON TECNOLOGIA EM CONSTRUÇOES LTDA	Obra de construção do Hospital Universitário HUGV	R\$ 105.905.487,00	12.237.662,24	22/05/2018
FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMÕES	Propiciar condições de suporte as ações do HUGV (assistência, ensino e pesquisa em áreas críticas)	R\$ 5.169.046,54	7.678.841,72	10/01/2018
M J RESTAURANTES LTDA	Alimentação (almoço, jantar e desjejum) - CAPITAL	R\$ 8.812.800,00	5.978.230,20	01/03/2018
COPEF CONSTRUÇÃO E COMERCIAL LIMITADA	Construção do Bloco 1 de Coari	R\$ 5.700.000,00	3.751.550,54	01/05/2018
OCA VIAGENS E TURISMO DA AMAZONIA LIMITADA - ME	Serviço de agenciamento de passagens	R\$ 4.347.703,39	3.083.362,82	01/07/2018
AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A	Referente a seis contratos, englobando o fornecimento de energia elétrica em Manaus e nos Interiores.	R\$ 8.356.459,52	3.036.013,50	Indeterminada

O principal valor do grupo de obrigações do Órgão 26270, refere-se à Contratada ADAP COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, que trata de 09 contratos, recentemente prorrogados, que atendem o Campus da Capital e os Campus do Interior, sendo todos pertencentes à UG 154039, conforme segue:

- ✓ 07 (sete) contratos de conservação e limpeza (Contratos nº 32/2014, 60/2014, 62/2014, 63/2014, 64/2014, 65/2014 e 66/2014);
- ✓ 02 (dois) contratos de apoio e limpeza (Contratos nº 27/14 e 35/14).

O segundo maior valor do grupo de obrigações do Órgão 26270, refere-se ao contratado TECON TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÕES LTDA, Contrato 30/2012, e trata-se da execução da obra de construção do novo prédio do Hospital Universitário Getúlio Vargas, por intermédio da Concorrência nº 30/2012, cujo prazo de execução é 22/05/2018.

O terceiro maior valor do grupo de obrigações contratuais do Órgão 26270 se refere ao Fornecedor “FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMÕES”, mais especificamente ao contrato 08/2012 cujo objeto é propiciar condições de suporte às ações do HUGV (assistência, ensino e pesquisa em áreas críticas), no entanto cabe ressaltar que, conforme informação da UG 150224, tal contrato encontra-se extinto, visto que o Termo Aditivo 009/2017 não foi formalizado em tempo hábil, conforme memorando 270/2017-DLIH, o aditamento foi publicado após o prazo. A mais recente informação a respeito da situação da Unisol, conforme memo nº 074/2018-DAF-HUGV-Ufam, emitido

pela Divisão de Administração Financeira da UG 150224 em 11/01/2018, descreve que foi solicitado o desligamento do pessoal envolvido na prestação de serviços do contrato em questão de forma escalonada, como forma de sanar as irregularidades, devendo ser realizado integralmente até 31/03/2018. Informa ainda que, será realizada a formalização da nulidade do contrato nº 008/2012, bem como o cancelamento do saldo remanescente na conta de controle.

Abaixo as Tabelas 19 e 20, com o principal valor dos grupos das obrigações contratadas por Unidade Gestora (154039 e 150224).

Tabela 19 - Obrigações Contratuais – UG 154039 Por Contratado

	31/12/2017	AV (%)
ADAP COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTECAO	13.708.318,94	19,16%
TECON TECNOLOGIA EM CONSTRUcoes LTDA	12.237.662,24	17,10%
M J RESTAURANTES LTDA - EPP	5.978.230,20	8,35%
COPEF CONSTRUCAO E COMERCIAL LIMITADA	3.751.550,54	5,24%
OCA VIAGENS E TURISMO DA AMAZONIA LIMITADA - ME	3.083.362,82	4,31%
AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A	3.036.013,50	4,24%
COPYTEC SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME	2.602.471,01	3,64%
DEMAIS	27.158.425,20	37,95%
Total	71.556.034,45	100,00%

Fonte: SIAFI, 2017

Tabela 20 - Obrigações Contratuais – UG 150224 Por Contratado

	31/12/2017	AV (%)
FUNDAcao DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMOES	5.971.074,71	34,39%
C E C SERVICOS DE CONSTRUCAO LTDA	2.072.929,42	11,94%
I N NEVES SERVICOS ME - ME	1.729.549,60	9,96%
DIAGNOCEL COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	1.442.104,00	8,31%
J A S LOUREIRO & CIA LTDA	857.187,39	4,94%
NUTRANA LTDA	655.190,00	3,77%
SERVIS SEGURANCA LTDA	528.640,32	3,04%
DEMAIS	4.104.425,17	23,64%
Total	17.361.100,61	100,00%

Fonte: SIAFI, 2017

Nas Tabelas 5 e 6, relaciona-se o contratado mais significativo e o saldo a executar por Unidade Gestora, na data base de 31/12/2017, conforme segue:

- ✓ UG 154039: o principal valor do grupo obrigações contratuais da UG 154039, refere-se ao Fornecedor “ADAP COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTECAO”, o qual é também o principal na lista do Órgão 26270, evidenciado na Tabela 3, devidamente descrito acima;
- ✓ UG 150224: o principal valor do grupo obrigações contratuais da UG 150224 refere-se ao Fornecedor “FUNDAÇÃO DE APOIO INSTINUCIONAL RIO SOLIMÕES”, o qual é também o terceiro principal valor na lista do Órgão 26270, evidenciado na Tabela 3, devidamente descrito acima

2 - Resultados da Análise dos Índices da Demonstração das Variações Patrimoniais

2.1 – Demonstração das Variações Patrimoniais – Resumida

	31/12/2017	31/12/2016	AH	AV - 12/17
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.019.367.327,21	922.335.106,05	10,52%	100,00%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-		0,00%
Contribuições	-	-		0,00%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	4.983.550,90	6.816.579,79	-26,89%	0,49%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	3.471.323,21	556.514,09	523,76%	0,34%
Transferências e Delegações Recebidas	882.547.160,32	791.163.501,59	11,55%	86,58%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	114.946.214,83	122.832.207,95	-6,42%	11,28%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	13.419.077,95	966.302,63	1288,70%	1,32%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	865.541.103,92	806.251.849,17	7,35%	84,91%
Pessoal e Encargos	475.534.701,89	419.433.008,13	13,38%	46,65%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	146.151.836,44	132.404.260,29	10,38%	14,34%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	122.427.101,17	114.775.855,78	6,67%	12,01%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	120.151,95	37.025,63	224,51%	0,01%
Transferências e Delegações Concedidas	84.774.094,07	76.869.268,72	10,28%	8,32%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	12.254.562,74	44.818.469,64	-72,66%	1,20%
Tributárias	1.662.129,05	1.611.768,93	3,12%	0,16%
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-		0,00%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	22.616.526,61	16.302.192,05	38,73%	2,22%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	153.826.223,29	116.083.256,88	32,51%	15,09%

2.2 Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Compreende as variações patrimoniais aumentativas auferidas com a prestação de serviços, que resultem em aumento do patrimônio líquido, segregando-se a venda bruta das deduções como devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos.

Em análise do grupo de contas de VPA EXPLORACAO DE BENS E DIR. E PRESTA, observa-se um decréscimo de 26,89% em 31/12/2017 (R\$ 4.983.550,90) quando comparado com 31/12/2016 (R\$ 6.816.579,79), que deve-se à movimentação na conta Contábil VALOR BRUTO EXPLORACAO BENS, DIR E SERVICOS. Esta variação se dá principalmente devido ao Concurso Público realizado em 2016 para provimento de cargo de Professor Substituto e Professor de Carreira e Técnico Administrativo.

Tabela 21 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

R\$ milhares

	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	4.983.550,90	6.816.579,79	-
Total	4.983.550,90	6.816.579,79	-26,89%

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

2.3 - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com operações financeiras. compreende: descontos obtidos, juros auferidos, premio de resgate de títulos e debêntures, entre outros.

Em análise do grupo de contas de VPA VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS, pode-se observar um acréscimo de 523,76% no 4º trimestre de 2017 (R\$ 3.471.323,21) quando comparado com o 4º trimestre de 2016 (R\$ 556.514,09), variação esta, que se deve principalmente à movimentação da conta de VPA - REMUNERACAO DE APLICACOES FINANCEIRAS realizada em Fev/2017 no valor de R\$ 1.757.824,39 referente a Adiantamentos de Transferências Voluntárias, feito através de autorização de uso de rendimentos da aplicação financeira do recurso do Convênio sob nº 03/2010 (750009/2010 SICONV) cujo objeto consiste na execução do projeto "Parque Tecnológico para Inclusão Social, Rede de Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica" citado nas Notas Explicativas do Balanço Patrimonial, item: CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.

Tabela 22 – Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

R\$ milhares

	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	3.471.323,21	556.514,09	-
Total	3.471.323,21	556.514,09	523,76%

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

2.4 - Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos

Registra a contrapartida da Incorporação de outros novos Ativos e a contrapartida da Desincorporação de Passivos, inclusive as baixas de passivo decorrentes do cancelamento de restos a pagar. Compreende os saldos que não serão excluídos nos demonstrativos consolidados do orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS).

Em análise do grupo de contas de VPA VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS, pode-se observar uma redução de 6,42% na variação horizontal entre o 4º trimestre de 2017 (R\$ 114.946.214,83) quando comparado com o 4º trimestre de 2016 (R\$ 122.832.207,95), que em sua maioria deve-se à movimentação nas Contas Contábeis GANHOS INCORPORAÇÃO DE ATIVOS e GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS, que se detalham da seguinte forma:

2.4.1 Outros Ganhos com Incorporação de Ativos

- O valor de R\$ 42.446.170,40 se refere ao registro de imóveis de uso especial no SPIUnet, que é o Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso especial da União, que faz a gerência da utilização dos imóveis da União, de caráter "Bens de Uso Especial". O sistema mantém o cadastro de imóveis e usuários, emite relatórios gerenciais e permite a utilização de elementos gráficos como mapas e fotos dos imóveis.

2.4.2 Ganhos com Desincorporação de Passivos

- O valor de R\$ 1.772.276,95 movimentado no grupo de contas se deve às baixas de passivos não devidos que não foram baixados em tempo hábil, sendo baixados no 2º Trimestre de 2017 conforme orientação da SPO/MEC, dividindo-se por UG da seguinte forma:
 - ❖ UG 154039 (FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS) - R\$ 1.211.830,22 e
 - ❖ UG 150224 (HOSPITAL UNIVERSITARIO GETULIO VARGAS), - R\$ 560.446,73.

Tabela 23 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

R\$ milhares

	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	114.946.214,83	122.832.207,95	-
Total	114.946.214,83	122.832.207,95	-6,42%

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

2.5 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Compreende o somatório das Demais Variações Patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado positivo da equivalência patrimonial, dividendos, etc.

A variação horizontal de 1288,70% entre o 4º trimestre de 2017 (R\$ 13.419.077,95) quando comparado com o 4º trimestre de 2016 (R\$ 966.302,63) do Grupo de Contas DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS deve-se à movimentação observada na Conta Contábil RESTITUIÇÕES que se refere a uma devolução de saldo remanescente de Convênio, no valor de R\$ 12.636.908,01, cujo objeto consiste na execução do projeto "Parque Tecnológico para Inclusão Social, Rede de Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica" citado nas Notas Explicativas do Balanço Patrimonial, item: CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.

Tabela 24 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

R\$ milhares

	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	13.419.077,95	966.302,63	-
Total	13.419.077,95	966.302,63	1288,70%

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

2.6 - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

Compreende as variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras, tais como: juros incorridos, descontos concedidos, comissões, despesas bancárias e correções monetárias.

Em análise da conta de VPD VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS, pode-se observar uma variação horizontal de 224,51% no 4º trimestre de 2017 (R\$ 120.151,56), quando comparado com o 4º trimestre de 2016 (R\$ 37.025,63), que se deve à movimentação no Grupo de Contas JUROS E ENC.DE MORA DE OBRIGACOES TRIB. que pode ser detalhada da seguinte forma:

- No 4º Trimestre de 2016 a Conta Contábil MULTAS INDEDUTIVEIS estava com um saldo de R\$ 37.025,63, devido principalmente ao pagamento de multa por atraso no recolhimento de tributos de folha de pagamento referente à competência 12/2015 pela UG: 150224/15256 - HOSPITAL UNIVERSITARIO GETULIO VARGAS, que foi notificado por esta Universidade Federal do Amazonas para esclarecer os motivos

que geraram esta cobrança através do Ofício nº 221/2016 - PROADM, que compõe o Processo: 23105.034101/2016, tendo sido o mesmo após andamento dos autos, arquivado;

- No 4º Trimestre de 2017 o Grupo de Contas de VPD JUROS E ENC.DE MORA DE OBRIG.TRIB. apresentou um saldo de R\$ 120.151,95, composto principalmente de: ***R\$ 392,15 - (JUROS) e R\$ 2.415,67 - (MULTA), devido ao pagamento em atraso de Taxa do Alvará de Funcionamento do exercício de 2017 pela UG: 150224/15256 - HOSPITAL UNIVERSITARIO GETULIO VARGAS, que foi evidenciado no 1º Trimestre de 2017, e está sendo feita a apuração de responsabilidade, através do Ofício 37/2017 enviado à UG secundária.
- ***No 2º Trimestre de 2017 foi registrado também o pagamento de multa por atraso de envio da GFIP, competência 2012, ref. ao auto de infração a UFAM - 220100.2017.2038540, no valor de R\$ 111.176,38.

Tabela 25 – Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

R\$ milhares

	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	120.151,56	37.025,53	-
Total	120.151,56	37.025,63	224,51%

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

2.7 - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação De Passivos

Compreende a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, nos casos de reavaliação, redução a valor recuperável, com provisões para perdas, perdas com alienação e perdas involuntárias, bem como registra a variação patrimonial diminutiva decorrente da incorporação de passivos.

Em análise do grupo de conta de DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS, observamos um decréscimo de 72,66% no 4º trimestre de 2017 quando comparado ao 4º trimestre de 2016. Os valores de maior representatividade correspondem, conforme discriminado abaixo:

Tabela 26 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

R\$ milhares

	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	12.254.562,74	44.818.469,64	-
Total	12.254.562,74	44.818.469,64	-72,66%

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

2.7.1 Incorporação de Passivos

Em análise da conta de INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS, observamos um decréscimo de 46,69% no 4º trimestre de 2017 (R\$ 1.073.766,46), quando comparado com o 4º trimestre de 2016 (R\$ 2.014.066,59). Os valores de maior representatividade correspondem, a reconhecimento de dívidas de exercícios anteriores, sendo que 53,45% (R\$ 573.876,53) foram registrados na UG 150224 (HOSPITAL UNIVERSITARIO GETULIO VARGAS), e 46,32% (R\$ 497.386,98) pertencem a UG 154039 (FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS).

Com relação ao percentual relevante da UG 150224 (HOSPITAL UNIVERSITARIO GETULIO VARGAS) secundária de 53,45%, a maior parte do valor trata-se de Reconhecimento de Dívida da Empresa C & C SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO LTDA, referente a "Serviço de Limpeza e Conservação", sem processo licitatório e sem cobertura contratual, pago no momento como indenização, com termo de Ajustes e apuração de responsabilidade. A Reitoria da UFAM indicou a Comissão de Licitação para providenciar novo processo licitatório, através de Portaria sob nº 259/2017, designando servidor da UFAM para condução do processo. No 3º Trimestre de 2017 foi informado que o andamento ainda está em curso, em processo de pesquisa de mercado, para posterior envio à Procuradoria Federal, conforme informações da Comissão de Licitação da UFAM. Até o momento nenhuma outra informação nos foi dada pela UG 150224 referente ao andamento da licitação.

Salientamos que as inconsistências mencionadas acima, foram detectadas pela Contabilidade da UFAM no início de 2016 e repassado a gestão do Órgão e a UG secundária para providências cabíveis, bem como oficializado através do OFÍCIO Nº. 114/2017 - DEFIN/PROADM, M.M. nº 267/2016/ DEFIN e OFÍCIO Nº 27/2016 /DEFIN/PROADM.

Tabela 26.1 – Incorporação de Passivos

R\$ milhares

	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	1.073.766,46	2.014.066,59	-
Total	1.073.766,46	2.014.066,59	-46,69%

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

2.7.2 Desincorporação de Ativos

- No 4º Trimestre de 2016 na conta de DESINCORPORACAO DE ATIVOS, verificamos que os valores mais relevantes são referentes a cancelamentos de PF para regularização da Conta de Controle SUB-REPASSE A PROGRAMAR, e baixas realizadas em imóveis de uso especial devido a regularização do SPIUnet, que no final do trimestre somou um valor de R\$ 34.282.934,94.

- No 4º Trimestre de 2017 a conta de DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS, contou com um saldo de R\$ 11.180.796,28, que se deve à baixa de saldos duplicados de bens móveis e imóveis de uso especial que estão sendo regularizados no SPIUnet.

Tabela 26.2 – Desincorporação de Ativos

R\$ milhares

	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	11.180.796,28	34.282.934,94	-
Total	11.180.796,28	34.282.934,94	-67,39%

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

2.7.3 Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas

Compreende as variações patrimoniais diminutivas não classificadas em itens específicos.

Em análise da conta DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS, pode-se observar uma variação horizontal de 1115,20% no 4º trimestre de 2017 (R\$ 5.456.326,92), quando comparado com o 4º trimestre de 2016 (R\$ 449.008,01), que se deve à movimentação no Grupo de Contas INDENIZACOES que pode ser detalhada da seguinte forma:

No 4º Trimestre de 2016 a conta de INDENIZACOES, apresentava um saldo de R\$ 414.975,90, se deve principalmente à indenização pelos serviços prestados pela empresa 11699529/0001-61 - VERA LUCIA DA SILVA MOULTHROP - ME, ref. serviços de fornecimento de alimentação no restaurante da UFAM, setores Sul e Norte.

No 4º Trimestre de 2017, a mesma conta finalizou o exercício com um saldo de 5.314.996,08, que se divide por UG da seguinte forma:

- 150224/15256 - HOSPITAL UNIVERSITARIO GETULIO VARGAS: R\$ 4.735.445,80, que se deve principalmente à indenizações pelos serviços prestados pela Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões - UNISOL, na execução do Projeto de Assistência a Pesquisa, Ensino e Extensão para o HUGV.
- 154039/15256 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS: R\$ 579.550,28, que se deve principalmente à indenização pelos serviços prestados pela empresa 10373342/0001-00 - A. A. DOS S. SOUZA - EPP, ref. serviços de fornecimento de alimentação no restaurante da UFAM de Parintins.

Tabela 26.3 – Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas

R\$ milhares

	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	5.456.326,92	449.008,01	-
Total	5.456.326,92	449.008,01	1115,20%

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

3 - Resultados da Análise dos índices do Balanço Orçamentário

3.1 - Balanço Orçamentário Estendido

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
RECEITAS CORRENTES	8.333.009,00	8.333.009,00	20.654.819,23	12.321.810,23
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	593.091,00	593.091,00	2.597.551,73	2.004.460,73
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	158.456,00	158.456,00	885.473,14	727.017,14
Valores Mobiliários	434.635,00	434.635,00	1.712.078,59	1.277.443,59
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	8.055,75	8.055,75
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	5.305.352,00	5.305.352,00	4.085.294,18	(1.220.057,82)
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	5.305.352,00	5.305.352,00	4.085.274,18	(1.220.077,82)
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	20,00	20,00
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	2.431.172,00	2.431.172,00	544.839,62	(1.886.332,38)
Outras Receitas Correntes	3.394,00	3.394,00	13.419.077,95	13.415.683,95
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	191.656,33	191.656,33
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	3.394,00	3.394,00	13.227.421,62	13.224.027,62
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	8.333.009,00	8.333.009,00	20.654.819,23	12.321.810,23
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	8.333.009,00	8.333.009,00	20.654.819,23	12.321.810,23
DEFICIT	-	-	770.489.045,10	770.489.045,10
TOTAL	8.333.009,00	8.333.009,00	791.143.864,33	782.810.855,33

DESPESAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
DESPESAS CORRENTES	697.670.679,00	739.663.216,00	773.582.071,30	744.830.807,71	734.940.554,34	(33.918.855,30)
Pessoal e Encargos Sociais	563.539.856,00	603.119.386,00	592.757.855,70	592.757.855,70	592.592.667,42	10.361.530,30
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	134.130.823,00	136.543.830,00	180.824.215,60	152.072.952,01	142.347.886,92	(44.280.385,60)
DESPESAS DE CAPITAL	29.291.667,00	29.271.667,00	17.561.793,03	6.959.775,16	6.671.208,53	11.709.873,97
Investimentos	29.291.667,00	29.271.667,00	17.561.793,03	6.959.775,16	6.671.208,53	11.709.873,97
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	726.962.346,00	768.934.883,00	791.143.864,33	751.790.582,87	741.611.762,87	(22.208.981,33)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	726.962.346,00	768.934.883,00	791.143.864,33	751.790.582,87	741.611.762,87	(22.208.981,33)
SUPERAVIT	-	-	-	-	-	-
TOTAL	726.962.346,00	768.934.883,00	791.143.864,33	751.790.582,87	741.611.762,87	(22.208.981,33)

3.2 - Balanço Orçamentário – Análise

Visão Geral

Balanço Orçamentário		Real/Exec	AV
	Receitas Correntes	247,87%	100,00%
	Receitas de Capital	#DIV/0!	0,00%
	Total das Receitas	247,87%	100,00%
	Despesas Correntes	104,59%	97,78%
	Despesas de Capital	60,00%	2,22%
	Total das Despesas	102,89%	100,00%
	Superávit/(Déficit)	-	-

Balanço Orçamentário		Realização/Execução
	Receitas Correntes	20.654.819,23
	Receitas de Capital	-
	Total das Receitas	20.654.819,23
	Despesas Correntes	773.582.071,30
	Despesas de Capital	17.561.793,03
	Total das Despesas	791.143.864,33
	Superávit/(Déficit)	(770.489.045,10)

Análise Vertical e da Realização/Execução

Maiores Realizações / Execuções

Posição	Receitas	Real.	AV
1	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	389729,57%	64,04%
2	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	558,81%	4,29%
3	Valores Mobiliários	393,91%	8,29%
4	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	77,00%	19,78%
5	Transferências Correntes	22,41%	2,64%
6			
7			
8			
9			
10			

Posição	Despesas	Exec.	AV
1	Outras Despesas Correntes	132,43%	22,86%
2	Pessoal e Encargos Sociais	98,28%	74,92%
3	Investimentos	60,00%	2,22%
4			
5			

Menores Realizações / Execuções

Posição	Receitas	Real.	AV
1	Transferências Correntes	22,41%	2,64%
2	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	77,00%	19,78%
3	Valores Mobiliários	393,91%	8,29%
4	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	558,81%	4,29%
5	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	389729,57%	64,04%
6			
7			
8			
9			
10			

Posição	Despesas	Exec.	AV
1	Investimentos	60,00%	2,22%
2	Pessoal e Encargos Sociais	98,28%	74,92%
3	Outras Despesas Correntes	132,43%	22,86%
4			
5			

RPNP e RPP (Maiores Contribuições)

RPNP

Posição	Despesas	RPNP	RPP
1	Investimentos	60,37%	4,15%
2	Outras Despesas Correntes	15,90%	6,39%
3	Pessoal e Encargos Sociais	0,00%	0,03%
4			
5			

RPP

Posição	Despesas	RPP	RPNP
1	Outras Despesas Correntes	6,39%	15,90%
2	Investimentos	4,15%	60,37%
3	Pessoal e Encargos Sociais	0,03%	0,00%
4	Juros e Encargos da Dívida	0,00%	0,00%
5			

Análise da Receita por Categoria Econômica

Maiores Realizações / Execuções

Posição	Receitas Correntes	Real.	AV
1	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	389729,57%	64,04%
2	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	558,81%	4,29%
3	Valores Mobiliários	393,91%	8,29%
4	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	77,00%	19,78%
5	Transferências Correntes	22,41%	2,64%
6			
7			
8			
9			
10			

Menores Realizações / Execuções

Posição	Receitas Correntes	Real.	AV
1	Transferências Correntes	22,41%	2,64%
2	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	77,00%	19,78%
3	Valores Mobiliários	393,91%	8,29%
4	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	558,81%	4,29%
5	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	389729,57%	64,04%
6			
7			
8			
9			
10			

Posição	Receitas de Capital	Real.	AV
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			

3.3 Receitas Correntes

3.3.1 Receita Patrimonial

Ao analisar as Receitas Patrimoniais do Órgão 26270 no 4º trimestre de 2017, observamos que foi realizado o valor de R\$2.597.551,73, ou seja, cerca de 437,97% do previsto. Desse percentual, identificamos como valores mais relevantes depósitos relacionados à cessão onerosa de espaço, principalmente os valores arrecadados do Banco do Brasil e do Banco Santander. Salientamos que o aumento refere-se a reajuste nas taxas de cessão de onerosa de uso em 2017, bem como na cobrança de taxas pendentes. Os valores transitaram pela conta da VPA" Exploração e Venda de Bens e Serviços Diretos 433000000"

3.3.2 Outras Receitas Correntes

Ao analisar as "Outras Receitas Correntes" do Órgão 26270 no 4º trimestre de 2017, observamos que foi realizado o valor de R\$ 13.419.077,95, ou seja, cerca de 395.376,49% do previsto (R\$ 3.394,00). Essa diferença é resultado da devolução no valor de R\$ 12.636.908,01 realizado pela FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMÕES, por conta da rescisão do convênio 03/2010 (Parque Tecnológico para Inclusão Social) com a UG 154039, pela não execução do objeto, disponibilizado através de Termo de Execução Descentralizada, firmada entre MCTI, UFAM e Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões. A administração da UFAM optou por manter o saldo devolvido uma vez que foi prorrogado do convênio até 30/05/2020, conforme 3º Termo Aditivo de vigência e ajuste do Plano de Trabalho do Termo de Descentralização de Crédito (TDC nº 06/2010 - MCTI/UFAM). Foi informado pela Pró-reitoria de Tecnologia (M.M.nº 003/2018-PROTEC), que no mês de abril/2017 ficou definido que a prorrogação do convênio em questão seria inviável, uma vez que um dos objetos era "Construção" e o TCU informou que esse tipo de objeto não poderia ser executado através do convênio com a UNISOL, conforme §2º, Art.1º da Lei nº 8.958/94. Dessa forma, Instituição buscou então realizar o objeto por meios próprios, através da Prefeitura do Campus e de nosso Departamento de Materiais entretanto a falta de limite orçamentário em receita própria tem impedido o andamento do projeto.

3.4 Despesas Correntes

3.4.1 Outras Despesas Correntes

Ao analisar as despesas correntes do Órgão 26270 no 4º trimestre de 2017, verificamos que a execução atingiu 104,59%, ultrapassando o fixado inicialmente para o exercício. Dentro desta categoria, identificamos que depois das despesas com "Pessoal e Encargos Sociais" (74,92%), os valores mais significativos estão nas "Outras despesas Correntes" que são responsáveis por 22,86% do total das despesas. Com relação a este grupo, salientamos que, devido à portaria Nº 234 de 19 de julho de 2017, foi encerrado o "Programa Intensivo de Eficiência de Gastos", que desde 2013 visava reduzir os custos para se adequar ao contingenciamento do orçamento. Ainda sobre este grupo, na UG 154039 (UFAM), vale destacar também que foi executado 102,19% da dotação orçamentária atualizada, ou seja, além do fixado. Em relação à UG 150224, mais especificamente ao analisarmos as "Outras Despesas Correntes" as despesas empenhadas correspondem a 933,66%

da dotação atualizada, o que em parte se justifica devido aos repasses, ainda que de forma eventual, pelo Rehuf, parceria entre o Ministério da Educação e Fundo Nacional de Saúde para reestruturação dos Hospitais Universitários, permitindo a manutenção de parte das despesas da unidade.

3.5 – Anexos

3.5.1 Anexo – Execução Orçamentária de Restos a Pagar

Em 31/12//2017, o Órgão FUAM (26270) apresentou um saldo em aberto de R\$ 17.589.435,42, relacionados com Restos a Pagar processados e não processados.

A seguir, apresenta-se as Tabelas 27 e 28, com os saldos de Restos a pagar no quarto trimestre de 2016 e 2017.

Tabela 27 - Restos a pagar não processado - Órgão 26270

ÓRGÃO : 26270			
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS			
DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016	AH
RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	53.914.007,48	28.864.759,82	86,78%
RP NÃO PROCESSADOS -LIQUIDADOS A PAGAR	1.197.161,25	271.928,03	340,25%
RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR EM LIQUIDAÇÃO	5.492,00		-
RP NÃO PROCESSADOS CANCELADOS	2.993.431,67	18.421.158,86	-83,75%
RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	16.150.419,62	9.022.542,08	79,00%
RP NÃO PROCESSADOS BLOQUEADOS		49.028,00	-100,00%
TOTAL DA EXEC. DE RP NÃO PROCESSADOS	74.260.512,02	56.629.416,79	31,13%
RP NÃO PROCESSADOS- INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	39.353.281,46	65.188.941,94	-39,63%
TOTAL GERAL EXEC.DE RP NÃO PROCESSADOS	113.613.793,48	121.818.358,73	-6,74%

Fonte: SIAFI, 2017,2016

Tabela 28 - Restos a pagar processado - Órgão 26270

ÓRGÃO : 26270			
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS			
DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016	AH
RP PROCESSADOS PAGOS	2.809.495,77	10.940.756,22	-74,32%
RP PROCESSADOS - NÃO PAGOS	236.362,55	172.697,40	36,87%
RP PROCESSADOS CANCELADOS	587.196,89	101.233,96	480,04%
TOTAL DA EXEC. DE RP PROCESSADOS	3.633.055,21	11.214.687,58	-67,60%
RP PROCESSADOS- INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	10.178.820,00	3.188.429,78	219,24%
TOTAL GERAL EXEC.DE RP PROCESSADOS	13.811.875,21	14.403.117,36	-4,10%

Fonte: SIAFI, 2017,2016

Observa-se que o total geral dos valores de restos a pagar não processados apresenta uma redução total de -6,74% em 31/12/2017, quando comparados com 31/12/2016 apesar do total da execução dos restos a pagar não processados ter tido um aumento de 31,13% no mesmo período. Tal aumento deve-se ao fato de maiores valores de restos a pagar não processados terem sido inscritos no exercício de 2016, decorrentes da maior disponibilidade de recursos orçamentários para a cobertura principalmente de obras através da matriz Andifes, Reuni e Emendas Parlamentares, assim como material permanente.

Ressalto o início do processo de regularização do saldo constante na conta de “restos a pagar não processado a liquidar em liquidação” na UG 154039 em julho/2017, com a baixa de R\$ 10.220,16. Tais inconsistências são decorrentes de regularizações de passivo realizadas com conta corrente e conta contábil indevida, que já foram sanadas, sendo cancelado o empenho do saldo restante nesta conta nesta UG.

Na UG 150224, o montante de R\$ 4.132,00 relativo a RPNP a liquidar em liquidação refere-se a material de consumo químico entregue após a vigência do contrato 03/2016, entretanto, o empenho foi emitido dentro da vigência do mesmo. Outro fato que ocorreu foi que não consta na nota fiscal o ateste do fiscal.

Desta forma, a contadora dessa UG informou que se optou em registrar temporariamente o valor da despesa “RPNP em liquidação”. Devido à demora na resolução da pendência, em 07/12/2017 foi encaminhado a Unidade de Liquidação o memo 144/2017 – SAC, que solicita informações a respeito. Em Resposta foi enviado pela Unidade de liquidação no dia 27/12/2017 o memo 100/2017-ULD-HUGV-Ufam. Até o término desta nota não foi resolvida a pendência.

Ao analisar os restos a pagar não processados cancelados verificamos que estes apresentaram uma diminuição, ao se comparar os segundos trimestres de 2016 e 2017, em torno de 83,75%. Isso se justifica pelo fato de que no exercício de 2016 houve um esforço da Administração em solicitar com periodicidade das Unidades Solicitantes uma posição sobre a execução dos empenhos de restos a pagar pendentes, cancelando os que não têm mais previsão de ser entregue o material ou prestado o serviço. O fato de a totalidade dos empenhos de anos anteriores a 2014 já ter sido cancelada no ano de 2016, bem como a não continuidade nos trabalhos de avaliação da permanência dos empenhos de restos a pagar em 2017, já exposta à diretoria do Departamento Financeiro através do Memorando 15/2018 – DEFIN, resultaram na situação apresentada anteriormente.

Em relação aos valores de restos a pagar não processados bloqueados, podemos ressaltar que a STN efetuou na data de 30 de junho de 2017, o bloqueio de quatro empenhos inscritos no exercício de 2015 da UG 154039. Foi enviado o Ofício 167/2017-DEFIN/UFAM solicitando da Administração manifestação quanto ao desbloqueio desses empenhos, tendo em vista que esse ato de gestão fica a cargo do ordenador de despesas, ou pessoa por ele designada, conforme mensagem 2017/0837801 da SPO/MEC. Dessa forma, foi autorizado o desbloqueio somente do empenho 2015NE801309 da Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões (UNISOL) pelo Pró-reitor de Administração e Finanças. Em dezembro de 2017 reiteramos a situação dos empenhos bloqueados remanescentes à PROADM tendo em vista a mensagem 2017/1704299 SPO/MEC e mediante

autorização do Pró-reitor foi realizado o desbloqueio dos empenhos em questão.

Ocorreu redução em 67,60% dos restos a pagar processados quando comparado o 4º trimestre de 2016 com o 4º trimestre de 2017. Entretanto houve um aumento de 36,87% nos valores não pagos o que se deve, em grande parte, em torno de 66,15% à UG 154039, que se refere, em sua maioria, aos empenhos liquidados e não pagos da Empresa Hitalo Kleber Ribeiro Silva Eireli ME, os quais estão retidos devido a processos judiciais sobre as ações trabalhistas.

Em relação ao total geral de Restos a Pagar Processados houve uma redução de apenas 4,10% quando se comparado com o período anterior, isso foi reflexo do grande volume de Restos a Pagar Processados Inscritos, contribuindo para que essa redução não fosse mais expressiva. O aumento de 219,24% dos restos a pagar inscritos foi consequência de empenhos de valores expressivos liquidados ao final do exercício de 2017.

Dentre os valores de restos a pagar processados cancelados, ressalto o valor de R\$ 560.446,73 da UG 150224 presente desde as notas explicativas do 1º trimestre, referente à liquidação da quarta parcela através de 2016NP000874, sendo que foi pago apenas parcialmente através da 2016OB801168 (193.806,55), sendo cancelado em abril/17 através do documento 2017NS000430. Maiores informações e esclarecimentos sobre essa situação estão citados nas Notas Explicativas dos Fornecedores.

Em relação à UG 154039, observou-se um grande volume de empenhos com valores irrisórios inscritos e reinscritos ao final do exercício de 2017, tal situação já foi informada à direção do Departamento Financeiro, através do Memorando 15/2018 – DEFIN, para tomada de providências.

A seguir a Tabela 29, com os saldos de Restos a Pagar no 4º trimestre de 2017 por Unidade Gestora Vinculadas ao Órgão.

Tabela 29 – Execução Orçament. Restos a Pagar– Por UG (154039/150224)

	31/12/2017	AV (%)
Órgão 26270 - UG 154039	16.581.460,85	94,27%
Órgão 26270 - UG 150224	1.007.974,57	5,73%
Total	17.589.435,42	100%

Fonte: SIAFI, 2017

Em análise a Tabela 29, observa-se que a UG 154039 possui 94,27% do total dos Restos a Pagar do Órgão, sendo 5,73% da UG 150224. Esse fato se justifica pela UG 154039 possuir uma estrutura de funcionamento bem maior que a do Hospital Universitário (UG 150224).

A seguir a Tabela 30, com os Restos a Pagar em 2017 por natureza da despesa:

Tabela 30 - Restos a Pagar - Por Classificação por Natureza de Despesa

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS									
GRUPO DE DESPESAS	INSCRITO	REINSCRITO	BLOQUEADOS	CANCELADOS	A PAGAR	A LIQUIDAR	PAGOS	SALDO	%
Pessoal e Encargos Sociais							1	150,19	0,00%
Outras Despesas Correntes				6	5		91	3.632.905,02	100,00%
Investimentos									0,00%
Inversões Financeiras									0%
TOTAL - Restos a Pagar Processados	0	0		6	5	0	92	3.633.055,21	100%
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS									
Pessoal e Encargos Sociais	1			1				11.679,80	0%
Outras Despesas Correntes	912	151		66	19	333	783	39.539.470,86	53%
Investimentos	276	100		15	2	132	244	34.709.361,36	47%
Inversões Financeiras									0%
TOTAL - Restos a Pagar Não Processados	1.189,00	251,00		82,00	21,00	465,00	1.027,00	74.260.512,02	100%
TOTAIS - RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS									
Pessoal e Encargos Sociais	1	0		1	0	0	1	11.829,99	0,02%
Outras Despesas Correntes	912	151	0	72	24	333	874	43.172.375,88	55,42%
Investimentos	276	100		15	2	132	244	34.709.361,36	44,56%
Inversões Financeiras	0	0		0	0	0	0	0	0,00%
TOTAL - Restos a Pagar Processados e Não Processados	1.189	251	0	88	26	465	1.119	77.893.567,23	100,00%

Observamos que os valores de Restos a Pagar Processados do órgão 26270 apresentam um saldo a pagar em 31/12/2017 de R\$ 236.362,55, sendo referentes a 05 (cinco) processos de despesas correntes da UG 154039, conforme segue:

- 03 (três) processos da Empresa HITALO KLEBER RIBEIRO SILVA – ME, referentes ao Contrato nº 50/2013 de limpeza e conservação para os Campi do interior, encerrados no exercício de 2014. Os valores encontram-se pendentes devido a processos judiciais sobre ações trabalhistas que estão tramitando, sendo que os créditos poderão ser usados para quitar futuros débitos de ex-funcionários da empresa;

- 01 (um) processo de pagamento em favor da FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMÕES, Contrato nº67/2014, referente a serviços prestados de gerenciamento de projeto. Trata-se da última parcela, aguardando o relatório final de execução para efetuar o pagamento.

- 01 (um) Processo de pagamento em favor da empresa EDUARDO SIQUEIRA DE MORAES-EPP, referente a serviços prestados de pessoa jurídica. Trata-se de um processo que está

aguardando recurso financeiro da Secretária de Economia Criativa/FNC.

Com relação aos valores de Restos a Pagar Não Processados, o Órgão 26270 apresenta um saldo a pagar em 31/12/2017 de R\$ 74.260.512,02, sendo que deste total, R\$ 1.197.161,25 referem-se a processos liquidados a pagar. O maior valor pendente está em outras despesas correntes.

No caso da UG 154039, apresenta restos a pagar desde 2014 a 2016. Os valores mais relevantes estão distribuídos da seguinte forma:

1.Despesas correntes: predominância de empenhos relacionados aos serviços de aquisição de passagens (Oca Viagens e Turismo LTDA) e serviço de gerenciamento de projetos (Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões).

2. Investimentos: os valores mais relevantes são de Obras.

Em ambos os casos, foi sugerido um levantamento, através do memorando 15/2018 – DEFIN, à diretoria do DEFIN para que se verifique se esses saldos ainda vão ser utilizados.

No caso da UG 150224, apresenta restos a pagar não processados desde 2016. Foi informado pela Contadora Responsável pela UG que os saldos mais representativos em Restos a pagar não processados se referem a Despesas Correntes, conforme seguem discriminados abaixo:

2016;

Entre os empenhos de restos a pagar não processados inscritos em 2016, o mais relevante são os serviços de higienização e desinfecção no novo Prédio do HUGV para a empresa Limpamais Serviços de Limpeza Ltda. A situação encontra-se em análise da Gerência Administrativa, haja vista apresentar divergências em relação aos valores dos serviços a serem pagos, a empresa alega que tem direito a um montante superior do estabelecido pelo HUGV. Espera-se que a controvérsia seja resolvida até o fechamento do 1º trimestre de 2018.

E em relação as outras despesas nessa mesma situação, foram encaminhados vários memorandos ao Setor de Orçamento e Finanças entre os quais: 0051/2017-SAC, 112-SAC, 128-SAC, por último o memorando de nº 001/2018 de 08/01/2018.

Os saldos irrisórios dos RPNP a liquidar do ano de 2017 serão regularizados no 1º trimestre de 2018, conforme informações do Setor de Orçamento e Finanças-SOF.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

4º Trimestre de 2017

4-Resultados da Análise dos Índices do Balanço Financeiro

4.1 – Balanço Financeiro

INGRESSOS					DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	AH	AV	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	AH	AV
Receitas Orçamentárias	20.654.819,23	8.995.822,39	129,60%	2,14%	Despesas Orçamentárias	791.143.864,33	750.056.136,38	5,48%	82,06%
Ordinárias	148.687,97	888.613,33	-83,27%	0,72%	Ordinárias	142.508.466,35	162.627.432,48	-12,37%	18,01%
Vinculadas	20.512.279,32	8.109.544,11	152,94%	99,31%	Vinculadas	648.635.397,98	587.428.703,90	10,42%	81,99%
Alienação de Bens e Direitos		90,00			Educação	489.899.768,70	467.948.029,27	4,69%	75,53%
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	20.512.279,32	8.109.454,11	152,94%	100,00%	Seguridade Social (Exceto RGPS)	151.489.852,33	112.825.196,66	34,27%	23,36%
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-6.148,06	-2.335,05	163,29%	-0,03%	Operação de Crédito	244.683,98	92.263,36	165,20%	0,04%
					Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	7.001.092,97	5.917.027,03	18,32%	1,08%
					Outros Recursos Vinculados a Fundos		646.187,58		
Transferências Financeiras Recebidas	881.065.064,56	790.405.362,32	11,47%	91,39%	Transferências Financeiras Concedidas	84.765.146,07	76.869.268,72	10,27%	8,79%
Resultantes da Execução Orçamentária	820.394.102,99	755.060.650,59	8,65%	93,11%	Resultantes da Execução Orçamentária	84.284.982,35	75.668.369,15	11,39%	99,43%
Repasse Recebido	736.138.962,58	679.397.575,68	8,35%	89,73%	Repasse Concedido		5.294,24		
Sub-repasse Recebido	84.255.140,41	75.663.074,91	11,36%	10,27%	Sub-repasse Concedido	84.255.140,41	75.663.074,91	11,36%	99,96%
Independentes da Execução Orçamentária	60.670.961,57	35.344.711,73	71,65%	6,89%	Repasse Devolvido	29.841,94			0,04%
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	58.303.105,54	33.416.360,17	74,47%	96,10%	Independentes da Execução Orçamentária	480.163,72	1.200.899,57	-60,02%	0,57%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2.367.856,03	1.928.351,56	22,79%	3,90%	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	331.475,75	312.286,24	6,14%	69,03%
Aporte ao RPPS	-	-			Movimento de Saldos Patrimoniais	148.687,97	888.613,33	-83,27%	30,97%
Aporte ao RGPS	-	-			Aporte ao RPPS	-	-		
					Aporte ao RGPS	-	-		
Recebimentos Extraorçamentários	50.088.569,75	68.760.076,42	-27,15%	5,20%	Despesas Extraorçamentárias	57.159.655,34	40.186.002,49	42,24%	5,93%
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	10.178.820,00	3.188.429,78	219,24%	20,32%	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	2.809.495,77	10.940.756,22	-74,32%	4,92%
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	39.353.281,46	65.188.941,94	-39,63%	78,57%	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	53.914.007,48	28.864.759,82	86,78%	94,32%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	553.422,94	222.578,82	148,64%	1,10%	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	433.973,64	380.486,45	14,06%	0,76%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	3.045,35	160.125,88	-98,10%	0,01%	Outros Pagamentos Extraorçamentários	2.178,45	-		-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		2.178,45			Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	2.178,45			-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	542,40			0,00%					
Demais Recebimentos	2.502,95	157.947,43	-98,42%	0,00%					
Saldo do Exercício Anterior	12.273.736,64	11.223.883,10	9,35%	1,27%	Saldo para o Exercício Seguinte	31.013.524,44	12.273.736,64	152,68%	3,22%
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.273.736,64	11.223.883,10	9,35%	100,00%	Caixa e Equivalentes de Caixa	31.013.524,44	12.273.736,64	152,68%	100,00%
TOTAL	964.082.190,18	879.385.144,23	9,63%	100,00%	TOTAL	964.082.190,18	879.385.144,23	9,63%	100,00%

4.2. Ingressos

4.2.1 Receitas Orçamentárias Vinculadas

Ao analisarmos as Receitas orçamentárias do Órgão 26270 no 4º trimestre de 2017, verificamos um aumento de 129,60% quando comparado com o mesmo período do ano de 2016. Esse aumento é consequência principalmente do aumento de 152,94% na conta de Receitas Orçamentárias Vinculadas, mais especificamente na conta de "Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas", que teve esse aumento como resultado da devolução no valor de R\$ 12.636.908,01 realizada pela FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMÕES, por conta da rescisão do convênio 03/2010 (Parque Tecnológico para Inclusão Social) pela não execução do objeto. Esta situação está melhor detalhada em nossa Revisão Analítica do Balanço Orçamentário.

4.2.2 Receitas Orçamentárias Ordinárias

Ao analisarmos as "RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS ORDINÁRIAS" do Órgão 26270 no 4º trimestre de 2017, verificamos um decréscimo de -83,27% no exercício de 2017. Os saldos em questão estão diretamente relacionados a conta "3.5.1.2.2.03.00 - MOVIMENTO DE SALDOS PATRIMONIAS ", que trata dos recebimentos através de GRUs que foram repassadas à STN. É possível notar nessa conta uma redução de R\$ 739.925,36 na UG 154039 quando se comparado com o mesmo período do ano anterior, essa redução é decorrente do fato de que no ano de 2016 houve um volume superior de devoluções da FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMÕES para a UG 154039, os quais foram repassado para a STN, dentre eles se destacam os valores de R\$ 146.716,83 (Contrato 31/2013 - Gestão de processos, qualidade, competitividade e governança organizacional na Uninorte), R\$ 158.576,77 (Contrato 40/2010 - cursos de esp. em gestão da saúde, pública municipal, pública e bacharelado em administração pública) e R\$ 274.565,96 (Contrato 34/2011- Implementação e oferta do 1º e 2º semestres dos cursos de Licenciatura em Artes Plásticas e Licenciatura em Ciências Agrárias), em todos os casos a devolução se deu devido ao final da vigências dos contratos.

4.2.3 Transferências Financeiras Recebidas

Ao analisarmos as Transferências Financeiras Recebidas do Órgão 26270 no 4º trimestre de 2017, verificamos que correspondem a 91,39% do total dos ingressos recebidos. Destaca-se o aumento de 71,65% nos valores referentes às "Transferências Financeiras Recebidas Independentes da Execução Orçamentária" que, por sua vez, são consequência do aumento de 74,47% das "Transferências Recebidas para Pagamento de RP", um aumento nos recursos disponibilizados para o pagamento de RP quando comparado com o mesmo período do ano anterior, isso é consequência das maiores disponibilidades de recursos orçamentários do ano anterior, o que resultou em uma maior quantidade de empenhos inscritos em restos a pagar em 2016 e por consequência pagos em 2017, conforme informado em maiores detalhes no Anexo de Restos a Pagar.

4.2.4 Recebimentos Extraorçamentários

Ao analisarmos os Recebimentos extraorçamentários do Órgão 26270 no 4º trimestre de 2017, verificamos uma redução de 27,15% quando comparado com o mesmo período do ano de 2016. Essa redução é reflexo das inscrições de Restos a Pagar Processados (aumento de 219,24%) e dos Restos a Pagar Não Processados (redução de 39,63%) sendo melhor detalhadas nas Notas Explicativas de Restos a Pagar.

4.3 Dispêndios

4.3.1 Despesas Orçamentárias - Transferências Financeiras Concedidas (Independentes da execução Orçamentária)

Ao analisarmos as "Transferências Financeiras Concedidas Independentes da execução Orçamentária" do Órgão 26270 no 4º trimestre de 2017, verificamos um decréscimo de -60,02% no exercício de 2017 quando comparado com o mesmo período do exercício anterior. Esse decréscimo é reflexo principalmente de uma redução de -83,27% na conta de "Movimento de Saldos Patrimoniais", decorrente do fato de que no ano de 2016 houve um volume superior de devoluções da FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMÕES para a UG 154039, os quais foram repassado para a STN, dentre eles se destacam os valores de R\$ 146.716,83 (Contrato 31/2013 - Gestão de processos, qualidade, competitividade e governança organizacional na Uninorte) e R\$ 158.576,77 (Contrato 40/2010 - cursos de esp. em gestão da saúde, pública municipal, pública e bacharelado em administração pública) e R\$ 274.565,96 (Contrato 34/2011- Implementação e oferta do 1º e 2º semestres dos cursos de Licenciatura em Artes Plásticas e Licenciatura em Ciências Agrárias), em todos os casos a devolução se deu devido ao final da vigências dos contratos.

4.3.2 Despesas Extraorçamentárias - Pagamento de Restos a Pagar Processados

Ao analisarmos as Despesas Extraorçamentárias de restos a pagar processados do Órgão 26270 no 4º trimestre de 2017, verificamos um decréscimo de -74,32% em comparação ao período anterior. Em 2017, houve um valor menor de pagamentos de restos a pagar processados, parte disso se deve a um quantitativo maior de cancelamentos, ocorridos em 2016, mediante acompanhamento pela gestão dos valores pendentes e solicitação de posicionamento das Unidades solicitantes.

4.3.3 Despesas Extraorçamentárias - Pagamento de Restos a Pagar Não Processados

Ao analisar as Despesas Extraorçamentárias de restos a pagar não processados do Órgão 26270 no 4º trimestre de 2017, verificamos um aumento de 86,78% quando comparado com o período anterior. Tal aumento deve-se ao fato da inclusão, já citada nas notas do quarto trimestre de 2016, dos valores de restos a pagar não processados - inscrição no exercício, que apresentou

um aumento em 2016, sendo reflexo da maior disponibilidade de recursos orçamentários para a cobertura principalmente de obras (através da matriz Andifes, Reuni e Emendas Parlamentares) bem como material permanente.

4.3.4 Saldo Para o Exercício Seguinte - Caixa e Equivalentes de Caixa

Ao analisar o Saldo para Exercício seguinte do Órgão 26270 no 4º trimestre de 2017, verificamos um aumento de 152,68% quando comparado com o período anterior. Tal aumento é consequência principalmente da devolução no valor de R\$ 12.636.908,01, realizado pela FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMÕES, por conta da rescisão do convênio 03/2010 (Parque Tecnológico para Inclusão Social - UG 154039) pela não execução do objeto. Esta devolução gerou a aplicação desses recursos na conta "1.1.1.1.1.02.06 - CTU - RECURSOS DA CONTA UNICA APLICADOS" mais especificamente na conta corrente "0250150085 400" da UG 154039. Esta situação está melhor detalhada em nossa Revisão Analítica do Balanço Orçamentário.

5-Resultados da Análise dos índices da Demonstração do Fluxo de Caixa

5.1 – Demonstração do Fluxo de Caixa

	2017	2016	AH	AV
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	50.492.746,28	28.379.597,11	77,92%	
INGRESSOS	902.276.352,08	799.781.710,96	12,82%	
Receitas Derivadas e Originárias	20.109.979,61	8.337.151,46	141,21%	
Receita Tributária	-	-		
Receita de Contribuições	-	-		
Receita Patrimonial	885.473,14	220.172,01	302,17%	0,098%
Receita Agropecuária	8.055,75	250,00	3122,30%	0,001%
Receita Industrial	-	-		
Receita de Serviços	4.085.294,18	6.594.747,67	-38,05%	0,45%
Remuneração das Disponibilidades	1.712.078,59	555.787,15	208,05%	0,19%
Outras Receitas Derivadas e Originárias	13.419.077,95	966.194,63	1288,86%	1,49%
Transferências Correntes Recebidas	544.839,62	658.670,93	-17,28%	
Intergovernamentais	-	-		
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-		
Dos Municípios	-	-		
Intragovernamentais	-	272.319,81		
Outras Transferências Correntes Recebidas	544.839,62	386.351,12	41,02%	0,06%
Outros Ingressos das Operações	881.621.532,85	790.785.888,57	11,49%	
Ingressos Extraorçamentários	553.422,94	222.578,82	148,64%	0,06%
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	542,40	-		0,0001%
Transferências Financeiras Recebidas	881.065.064,56	790.405.362,32	11,47%	97,65%
Demais Recebimentos	2.502,95	157.947,43	-98,42%	0,0003%
DESEMBOLSOS	-851.783.605,80	-771.402.113,85	10,42%	
Pessoal e Demais Despesas	-694.041.995,45	-622.771.450,43	11,44%	
Legislativo	-	-		
Judiciário	-	-		
Essencial à Justiça	-	-		
Administração	-	-		
Defesa Nacional	-	-		
Segurança Pública	-	-		
Relações Exteriores	-	-		
Assistência Social	-	-		
Previdência Social	-152.961.798,72	-132.115.553,40	15,78%	17,96%
Saúde	-21.590.964,09	-22.948.689,18	-5,92%	2,53%
Trabalho	-	-		
Educação	-518.624.441,89	-466.323.425,40	11,22%	60,89%
Cultura	-413.584,30	-624.860,90	-33,81%	0,05%
Direitos da Cidadania	-	-		
Urbanismo	-49.028,00	-		
Habitação	-	-		
Saneamento	-	-		
Gestão Ambiental	-	-		
Ciência e Tecnologia	-400.000,00	-750.000,00	-46,67%	0,05%
Agricultura	-	-		
Organização Agrária	-	-		
Indústria	-	-		
Comércio e Serviços	-	-		
Comunicações	-	-		
Energia	-	-		
Transporte	-	-		
Desporto e Lazer	-	-6.700,00		
Encargos Especiais	-	-4.400,00		
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-2.178,45	2.178,45	-200,00%	0,0003%
Juros e Encargos da Dívida	-	-		
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-		
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-		
Outros Encargos da Dívida	-	-		
Transferências Concedidas	-72.542.490,64	-71.380.908,25	1,63%	
Intergovernamentais	-	-		
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-		

A Municípios	-	-		
Intragovernamentais	-72.542.490,64	-71.263.280,43	1,80%	8,52%
Outras Transferências Concedidas	-	-117.627,82		
Outros Desembolsos das Operações	-85.199.119,71	-77.249.755,17	10,29%	
Dispêndios Extraorçamentários	-433.973,64	-380.486,45	14,06%	0,05%
Transferências Financeiras Concedidas	-84.765.146,07	-76.869.268,72	10,27%	9,95%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-31.752.958,48	-27.329.743,57	16,18%	
INGRESSOS	-	-		
Alienação de Bens	-	-		
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-		
Outros Ingressos de Investimentos	-	-		
DESEMBOLSOS	-31.752.958,48	-27.329.743,57	16,18%	
Aquisição de Ativo Não Circulante	-31.644.000,34	-27.274.699,30	16,02%	99,66%
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-		
Outros Desembolsos de Investimentos	-108.958,14	-55.044,27	97,95%	0,34%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-		
INGRESSOS	-	-		
Operações de Crédito	-	-		
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-		
Transferências de Capital Recebidas	-	-		
Intergovernamentais	-	-		
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-		
Dos Municípios	-	-		
Intragovernamentais	-	-		
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-		
Outros Ingressos de Financiamento	-	-		
DESEMBOLSOS	-	-		
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-		
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18.739.787,80	1.049.853,54		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	12.273.736,64	11.223.883,10		
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	31.013.524,44	12.273.736,64		

5.2 Ingressos

5.2.1 Receita Patrimonial

Ao analisar os ingressos de "Receita Patrimonial" do Órgão 26270, observou-se um acréscimo de 302,17 % quando comparado o exercício de 2017 com o exercício de 2016. O aumento refere-se aos reajustes nas taxas de cessão onerosa de uso em 2017, bem como pagamentos de valores pendentes. Maiores detalhes na análise do Balanço Orçamentário

5.2.2 Outras Receitas Derivadas e Originárias

Em análise a conta de Ingressos de Outras Receitas Derivadas e Originárias, verificamos um acréscimo de 1.288,86% quando comparado o Exercício de 2017 com o Exercício de 2016. Esse aumento deve-se principalmente a devolução no valor de R\$ 12.636.908,01 realizada pela FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMÕES, por conta da rescisão do convênio 03/2010 (Parque Tecnológico para Inclusão Social) com a UG 154039, pela não execução do objeto, disponibilizado através de Termo de Execução Descentralizada, firmada entre MCTI, UFAM e Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões. A administração da UFAM optou por manter o saldo devolvido, uma vez que foi prorrogado até 30/05/2020. Maiores detalhamentos encontram-se na Nota Explicativa do Balanço Orçamentário

